REVISTA DIÁLOGOS
A revista que pensa a cultura de paz no ambiente escolar.
ANO 2| Nº 2
2026



A segunda edição da Revista Diálogos apresenta, mais uma vez, uma árvore como forma de traduzir em imagens a essência do que nos move: materializar nossas referências de identidade, nas raízes e no caule, como quem não pode esquecer de onde veio, enquanto projeta ao universo a esperança do protagonismo juvenil de nossos estudantes acolhidos no conhecimento de educadores e educadoras.

As raízes e o tronco possuem texturas bem marcadas, orgânicas, para nos lembrar que nossa história é robusta, mas repleta de experiências que deixam um legado nem sempre bonito, nem sempre heroico ou como insistem em contar os que vencem. Nossas raízes são diversas como os ancestrais que aqui plantaram seus sonhos e deixaram suas sementes, inscrevem a história de um povo que honra sua origem enquanto desenha seu futuro.

No topo do tronco, retorcido pelo tempo e pelo movimento vivo dos que araram a terra, modelaram a argila e acreditaram na fidelidade do ato de semear, nossos símbolos, emprestados do Currículo da Educação Básica Capixaba, são um convite a voar nas asas do colibri pelos Casarios de São Mateus, testemunhas oculares da construção do norte do Estado, ao som das casacas e tambores que celebram a presença de indígenas e africanos, dando ritmo aos que se achegam para conhecer as belezas e encantos do nosso Estado. A Terceira Ponte não liga apenas os anseios da Ilha ao Continente, comunicam que nos percebemos potentes na arte de encurtar distâncias, vencer polarizações e aproximar pessoas; enquanto nossa panela de barro inunda as melhores memórias com o cheiro da tradicional moqueca capixaba (“o resto é peixada! ”). Para completar a cena, pendentes nos galhos mais baixos, erguem-se: um galho de café, símbolo da economia da terra, e o caranguejo que representa nosso litoral riquíssimo em biodiversidade e encantos.

Finalmente a copa da árvore projeta para o futuro nossos jovens protagonistas das histórias que ainda queremos escrever: de um Estado mais justo, com estudantes hábeis para defender suas ideias como nas simulações das discussões em Direitos Humanos promovidas na SERONU, além de conhecer os desafios ambientais e trazer soluções possíveis como na VI Conferência Nacional Infanto-juvenil pelo Meio Ambiente. Somos educadoras e educadores



Revista Diálogos, ano 2, n. 2 (2026) ISSN 3086-5301

que acolhem, ensinam, compartilham suas vidas e conhecimentos por um Estado com muitos desafios e muitos sonhos, desenhados à muitas mãos.



Trabalhamos para que os Diálogos entre a Educação e todos os setores da vida atravessados por ela sejam fecundos e encontrem sempre um lugar onde germinar e crescer. Confiamos no fruto do nosso trabalho e seguimos semeando, porque sabemos que são muitas árvores para plantar e cuidar na composição de uma floresta de saberes.

Créditos
Imagem criada por Dianni Pereira de Oliveira.
Texto descritivo da obra da mesma autora.

Sobre a escolha do nome:
Revista DIÁLOGOS

No contexto do Programa Educar para a Paz, considerando os eixos Educar em Valores e Direitos Humanos, Gestão de Conflitos, Vivências e Convivências e, finalmente, Eco-formação, chegamos à ideia de um acrônimo para nos ajudar a pensar as diretrizes e marcos orientadores das discussões propostas, conforme diagrama abaixo.

Direitos Humanos

Inclusão

Aprendizagem para a Paz

Liberdade

Organização Solidária

Gestão de Conflitos

Oportunidades Educativas

Sustentabilidade

Revista Diálogos, ano 2, n. 2 (2026) ISSN 3086-5301

SUMÁRIO

6 **Editorial**
Educar para a paz é ensinar a viver juntos

8 **Ficha Técnica**

10 **Ponto de Partida**
Da escuta ao pertencimento - APOIE na construção da Cultura de Paz

12 **Histórias que Inspiram**
Práticas Investigativas: Explorando microecossistemas no espaço escolar

14 **Quebrando Silêncios**
Redes de Proteção: a cidadania digital no sentido da educação para o uso das tecnologias

10 **Entrevista**
Ms Carlos Augusto Lopes - Subsecretário de Estado de Políticas sobre Drogas

22 **Fala, Especialista!**
Adicção e Adolescência: Psicologia, Escola e Família

26 **Notícias do Programa**
VI Conferência Macional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente

29 **Jornadas Educativas**
SERONU

35 **Artigo de Opinião**
Diversidade Religiosa

39 **Datas que educam para a paz**

45 **Ecoformando**
Projeto Rio Doce Escolar

Editorial

Educar para a paz é ensinar a viver juntos



Por Aldete Maria Xavier

Caro(a) leitor(a),

Nesta segunda edição da Revista Diálogos, vamos conversar sobre o que é a educação para a paz. Não como algo distante ou teórico, mas como uma necessidade real do cotidiano escolar, incorporando-a a cada ação, atitude, comportamento e atividade de todos os envolvidos no processo de viver e aprender nas unidades escolares. Como lembra Nei Alberto Salles Filho (2016), construir um caminho pedagógico voltado para a paz dentro da escola é uma responsabilidade de toda a comunidade escolar. Paz, não no sentido de ausência de conflitos, nem no silêncio que aparece depois de uma briga ou de um caso de *bullying* ou *cyberbullying*. Paz de verdade é ativa, positiva. Ela não se mantém à custa do silenciamento da vítima ou do agressor. Pelo contrário, ela nasce quando o conflito é reconhecido, acolhido e enfrentado com respeito, diálogo e disposição para compreender o outro.

Educar para a Paz, dentro da proposta da Cultura de Paz, significa criar espaços e experiências que ensinem crianças e jovens a dialogar, a escutar, a se colocar no lugar do outro e a resolver conflitos sem violência — dentro e fora da escola. É promover convivências mais humanas, baseadas em valores positivos, no cuidado com o planeta e na construção de uma cidadania que nos lembra que fazemos parte de algo maior.

Para iniciar essa conversa, na seção ***Ponto de Partida***, a Gerência de Ação Psicossocial Interativa Escolar (G-APOIE) faz uma retrospectiva de suas ações ao longo de 2025 para a construção de uma cultura de paz nas escolas em que atua. Para isso, reafirma que a educação para a paz implica a construção de uma escola comprometida com o cuidado, o diálogo, o acolhimento e a transformação social de toda a comunidade escolar.

Como proposta de pensar em uma escola que educa para a paz e que precisa enfrentar seus conflitos, na seção ***Entrevista*** conversamos com o cientista social e Subsecretário de Estado de Políticas sobre Drogas, Mestre Carlos Augusto Lopes, para abordar a prevenção ao uso de drogas, o fortalecimento dos fatores de proteção e as políticas públicas baseadas em evidências. Para complementar essa reflexão, na seção ***Fala, especialista!***, as psicólogas Dianni Pereira de Oliveira e Lara Biasutto Salviato, no artigo intitulado "Adolescência em Conexão e Risco: Desafios da Adicção e o Papel da Psicologia junto à escola e às Famílias", abordam as questões que afetam a saúde mental e física dos(as) adolescentes que afligem as famílias, trazendo, dessa forma, possibilidades e caminhos para a construção de novas histórias e recomeços.

Nesse contexto, o jornalista Guilherme Alves, representante da SaferNet Brasil, apresenta na seção ***Quebrando Silêncios*** – uma reflexão essencial sobre o impacto das tecnologias na vida de crianças e adolescentes, a partir do conceito de cidadania digital. Ele também aborda a aprovação, em 2025, do Estatuto Digital da Criança e do Adolescente (ECA Digital), marco importante que amplia o debate sobre a violência online e reforça a garantia de proteção de crianças e adolescentes contra violações de direitos nos ambientes virtuais.

Na seção ***Artigo de Opinião***, a professora Drª Nathália Ferreira de Sousa Martins nos faz refletir sobre como a discussão sobre diversidade religiosa na escola impacta o fazer pedagógico e as relações na sala de aula exigindo do educador uma postura de abertura, curiosidade e responsabilidade e dos(as) estudantes diálogos com o diferente construindo, assim, suas próprias compreensões de mundo e, com isso, contribuindo com o fortalecimento dos alicerces de uma sociedade mais justa, equânime e verdadeiramente democrática.

Revista Diálogos, ano 2, n. 2 (2026) ISSN 3086-5301

Em dois momentos desta edição desenvolvemos a temática Ecoformação, uma na experiência com estudantes e outra na formação de educadores(as). A experiência com os(as) estudantes se dá na seção ***Histórias que inspiram***, em que a professora Drª Kelly Pinheiro dos Santos relata sua experiência com a Prática Investigativa – Explorando microssistemas no espaço escolar - local em que os(as) estudantes passam a enxergar a natureza não apenas como um cenário, mas sim, como um agente formador que desperta consciência ecológica e senso de pertencimento. Já com a seção ***Ecoformando***, a professora Drª Manuella Villar Amado relata a experiência do Projeto Rio Doce Escolar que consiste na formação continuada de educadores ambientais e propõe o ato de educar com o coração, sem renunciar à mente crítica e reflexiva, isto é, o conhecimento deve caminhar junto com o afeto. Também podemos inserir nesta temática a realização, em agosto de 2025, da VI Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente (VI CNIJMA), com o tema gerador "Vamos Transformar o Brasil com Educação e Justiça Climática", detalhada na seção ***Notícia do programa***.

Também em 2025 aconteceu a Simulação Estudantil da Organização das Nações Unidas na Rede Estadual – SerONU, que é o destaque na seção ***Jornada Educativa***. A SerONU configura-se como um processo formativo de professores(as) e estudantes dos fundamentos do Programa Educar para a Paz, ancorado nos princípios de cultura de paz, direitos humanos, escuta ativa, mediação de conflitos e respeito às diversidades.

Convidamos os profissionais da educação a conhecerem todas as seções desta edição e esperamos que os inspire na ressignificação de suas práticas pedagógicas com o intuito de disseminar a paz, possibilitando, assim, um caminho pedagógico transformador. Entendemos que no cotidiano escolar, cada gesto conta. Cada palavra, cada escuta, cada escolha pedagógica pode ser um caminho para a paz e, no fim das contas, educar para a paz é isso: ensinar a viver junto.

Boa leitura!





GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Educação

Governo do Estado do Espírito Santo
José Renato Casagrande

Secretário de Estado da Educação
Vitor Amorim de Angelo

Subsecretária de Estado de Educação Básica e Profissional
Andréa Guzzo Pereira

Gerente de Currículo da Educação Básica
Jocilene Gadioli de Oliveira

REVISTA DIÁLOGOS
Ano 2, Nº 2, 2026

suea@edu.es.gov.br

Direitos reservados.

É proibida a reprodução total ou parcial de textos e imagens sem autorização.

Revista Diálogos
A revista que pensa a cultura de paz no ambiente escolar. Publicação semestral da Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo.
Ano 2, n. 2 (2026)
ISSN 3086-5301

Nota Técnica
Esta publicação utilizou recursos de inteligência artificial para apoio à revisão gramatical e estilística em estágios iniciais do processo editorial. A curadoria final é humana.



CONSELHO EDITORIAL
Aldete Maria Xavier
Aleide Cristina de Camargo
Andreia Guzzo Pereira
Vinnicius Camargo de S. Laurindo

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Vinnicius Camargo de S. Laurindo

PRODUÇÃO DE TEXTOS
Aldete Maria Xavier
Bertha Nicolaevsky
Daise Maria Zeferino Ramos
Kelly Pinheiro dos Santos
Luciane da Silva Lima Vieira
Melina Pinheiro dos Santos Silva
René Carolino de Souza
Vinnicius Camargo de S. Laurindo

ARTICULISTA
Dianni Pereira de Oliveira
Guilherme Alves
Lara Biasutti Salviato
Manuella Villar Amado
Nathália Ferreira de Sousa Martins

REVISÃO DE TEXTOS
Fernanda Maia Lyrio

EDIÇÃO DE ARTE E DESIGN
Dianni Pereira de Oliveira

ILUSTRAÇÃO DE CAPA
Dianni Pereira de Oliveira

COLABORADORES
Aline Eduardo Machado
Amanda Sardinha de Souza
Carlos Augusto Lopes
Mislene Santos de Souza
Raquel de Assis Schimid

Ponto de Partida

Da escuta ao pertencimento - APOIE na construção da Cultura de Paz

No contexto da Rede Estadual de Educação do Espírito Santo, a promoção da Cultura de Paz tem se consolidado como uma diretriz fundamental para a construção de ambientes escolares mais acolhedores, seguros, inclusivos e comprometidos com o desenvolvimento integral dos(as) estudantes. Nesse cenário, a Ação Psicossocial e Orientação Interativa Escolar (APOIE) se apresenta como uma política pública estratégica e estruturante.

De acordo com as Diretrizes da Ação Psicossocial e Orientação Interativa Escolar, a APOIE parte do entendimento de que a Cultura de Paz não se constrói apenas pela ausência de conflitos, mas pela criação de condições para que estes sejam compreendidos e transformados por meio do diálogo, da escuta qualificada e da corresponsabilização.



A Cultura de Paz, no âmbito da APOIE, se expressa também por meio de ações educativas preventivas que promovem o protagonismo estudantil, a participação das famílias e o diálogo com a comunidade. Ao incentivar práticas que valorizam a diversidade e a escuta, a APOIE contribui para a construção de uma escola que reconhece os sujeitos em sua integralidade e promove seu protagonismo.

Outro aspecto central da atuação das equipes psicossociais lotadas nas escolas é a produção de diagnósticos escolares e territoriais, que permitem compreender a realidade de cada contexto, possibilitando intervenções mais assertivas. Esses diagnósticos subsidiam o planejamento das ações psicossociais, respeitando as realidades locais e fortalecendo a escola como espaço de proteção, cuidado e desenvolvimento humano.

Ao promover a articulação entre educação, saúde, assistência social e demais políticas públicas, a APOIE reafirma a Cultura de Paz como um compromisso coletivo e intersetorial. A escola, nesse sentido, não atua isoladamente, mas integrada a uma rede de proteção que compartilha a responsabilidade pelo cuidado, pela prevenção de violências e pela garantia de direitos de crianças e adolescentes.

Dar visibilidade ao trabalho desenvolvido pela APOIE é reconhecer a importância de políticas públicas que colocam as relações humanas no centro do processo educativo. Em um contexto marcado por desafios sociais complexos, a experiência do Espírito Santo demonstra que investir em ações psicossociais, escuta, acolhimento e mediação é também investir em aprendizagem, permanência escolar e cidadania.

Assim, a APOIE se consolida como um ponto de partida essencial para a promoção da Cultura de Paz nos espaços educacionais capixabas, reafirmando o papel da escola como lugar de encontro, cuidado, diálogo e transformação social.

Revista Diálogos, ano 2, n. 2 (2026) ISSN 3086-5301

Ao longo de 2025, a atuação da Ação Psicossocial e Orientação Interativa Escolar (APOIE) evidenciou a centralidade do cuidado integral no cotidiano da Rede Estadual de Educação do Espírito Santo. Entre janeiro e novembro, foram registradas 8.344 demandas individuais e 7.550 ações coletivas, abrangendo temáticas como saúde mental, convivência familiar, comportamento estudantil, relações étnico-raciais, ética, cidadania e direitos. Esses dados revelam a amplitude e a capilaridade da APOIE como uma estratégia estruturante de promoção da Cultura de Paz nas escolas.

Imagens extraídas do site: https://apoie.sedu.es.gov.br/apoie

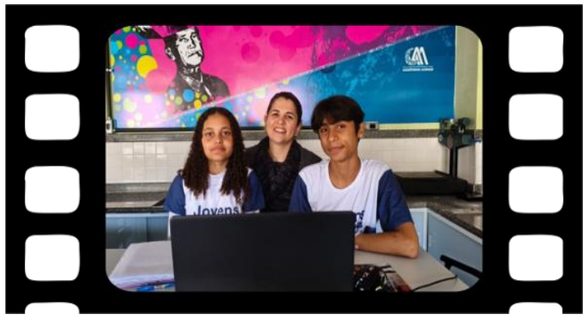
https://www.canva.com/design/DAG_tFnDPKc/-Xrptq2jTpAtWlFrxhsNiQ/edit?utm_content=DAG_tFnDPKc&utm_campaign=designshare&utm_medium=link2&utm_source=sharebutton



QR code Diretrizes APOIE

QR code Site da APOIE

Equipe que produziu o material:
Amanda Sardinha de Souza - Psicóloga
Mislene Santos de Souza Moraes - Assistente Social
Raquel de Assis Schimid - Assistente Social



HISTÓRIAS que inspiram

Prática investigativa: Explorando microecossistemas no espaço escolar

Nome da escola e município: Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Fraternidade e Luz”, Cachoeiro de Itapemirim/ES

Nome da responsável pela ação: Kelly Pinheiro dos Santos, graduada em Biologia, doutora em Ciências Ambientais e Conservação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, professora da rede Estadual de Educação do Espírito Santo, na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Fraternidade e Luz”, Cachoeiro de Itapemirim.



O espaço que circunda a escola é muitas vezes percebido apenas como um lugar de passagem, limitado ao recreio ou ao deslocamento diário. No entanto, esse ambiente pode revelar-se um verdadeiro laboratório vivo, repleto de possibilidades educativas que instigam a curiosidade e aproximam os(as) estudantes da ciência. Folhas em diferentes cores e estágios de decomposição, fragmentos de madeira com fungos, líquens em associação simbiótica e pequenos insetos são testemunhas silenciosas da complexidade da vida, participando de processos vitais como a ciclagem de nutrientes, a decomposição e a polinização. Com um olhar mais atento, esses elementos, muitas vezes invisíveis ao cotidiano, transformam-se em portas de entrada para o conhecimento.

A prática investigativa, realizada com estudantes da 2ª série do ensino médio, teve como objetivo despertar essa atenção sensível e científica. O exercício iniciou-se no jardim da escola, onde os(as) estudantes coletaram amostras naturais como folhas, galhos, fragmentos de madeira, líquens e insetos. Em seguida, as amostras foram levadas ao laboratório de ciências, local em que os(as) estudantes puderam aprofundar suas observações por meio da lupa e do estereoscópio. Esse contato com os instrumentos ópticos revelou detalhes antes imperceptíveis, como nervuras finíssimas das folhas, marcas da ação de fungos na madeira, estruturas de líquens e as formas complexas dos insetos, incluindo articulações, padrões de asas e revestimentos corporais.

Essa experiência permitiu compreender que a realidade é composta por múltiplos níveis, alguns acessíveis a olho nu e outros revelados apenas com o auxílio da ciência. Mais do que identificar estruturas biológicas, a atividade promoveu a ampliação da percepção dos(as) estudantes, despertando neles(as) o senso investigativo, a capacidade de comparação e o encantamento diante da complexidade da vida.

Os resultados ultrapassaram os limites do conhecimento científico, pois a prática dialoga diretamente com os princípios da ecoformação. Nessa perspectiva, a natureza não é apenas um cenário, mas um agente formador que desperta consciência ecológica e senso de pertencimento. Assim, uma folha em decomposição deixou de ser vista como simples resíduo para ser reconhecida como parte de um ciclo vital; um inseto, muitas vezes associado ao incômodo, revelou-se essencial à manutenção do equilíbrio ecológico.

A escola, nesse contexto, amplia seu papel formativo ao possibilitar que os(as) estudantes aprendam não apenas sobre a natureza, mas também com a natureza. O olhar investigativo desperta a percepção de que o ambiente é fonte de conhecimento e de experiências estéticas e éticas, capazes de sensibilizar e transformar.

Assim, a prática investigativa proposta transcende o caráter de uma simples atividade experimental, configurando-se como uma ponte entre a curiosidade juvenil e a complexidade do mundo natural, entre a observação empírica e o despertar da consciência ecológica. Nesse encontro entre ciência, sensibilidade e natureza, consolida-se a formação integral do(a) estudante, que passa a nutrir não apenas o desejo pelo conhecimento, mas também o compromisso ético de cuidar do planeta do qual é parte integrante.



Kelly Pinheiro dos Santos é bacharel em Ciências Biológicas (UENF) e licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Salgado de Oliveira. Possui especialização em Ciências Biológicas (UFJF), mestrado em Engenharia Ambiental (IFF) e doutorado em Ciências Ambientais e Conservação (UFRJ). Atualmente, é professora de Biologia e Ciências na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Fraternidade e Luz”, em Cachoeiro de Itapemirim, ES.

Quebrando Silêncios

Redes de proteção: a cidadania digital no sentido da educação para o uso das tecnologias

Por Guilherme Alves*

A aprovação do Estatuto Digital da Criança e do Adolescente (ECA Digital), em setembro de 2025, é o ponto alto de um movimento, em especial na última década, de criação de novas regulamentações para o uso de Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDICs) no Brasil. O objetivo é claro: garantir a cidadania digital e proteger crianças e adolescentes contra violações de direitos nos ambientes virtuais ou facilitadas pelo acesso às tecnologias.

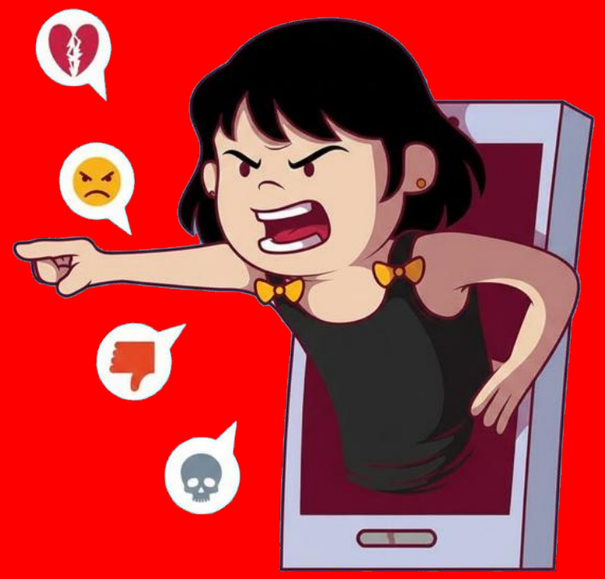
O Brasil tem sido pioneiro neste tema, destacando-se desde a promulgação do Marco Civil da Internet em 2014. Fruto de um amplo debate social, o Marco Civil estabeleceu princípios duradouros para o uso da Internet e delineou as responsabilidades de governos, empresas e usuários. Um pilar fundamental é o Artigo 26, que determina ser dever do Estado promover a capacitação, em todos os níveis de ensino, para o uso seguro, consciente e responsável da Internet, vista como ferramenta para o exercício da cidadania, a promoção da cultura e o desenvolvimento tecnológico.



Este pilar – a educação como alicerce da cidadania digital – já estava presente em políticas de inclusão digital anteriores. Contudo, com o Marco Civil da Internet, ele adquire contornos contemporâneos, essenciais para enfrentar os desafios dos ambientes virtuais controlados por redes sociais e seus modelos de negócio algorítmicos. É vital que o conceito de cidadania digital seja compreendido em sua amplitude proposital, adotando uma visão politizante e politizada do uso das TDICs, que vai além da simples ideia de usuários e consumidores. A cidadania digital não se limita a "ser cidadão na internet"; ela abrange a compreensão de que as mais diversas relações sociais são profundamente transformadas por essas tecnologias, seu acesso e seu uso – seja por ocorrerem em espaços virtuais, seja por terem os ambientes físicos impactados pelas interações mediadas pelo virtual. Continuamos a pensar a cidadania como historicamente defendida no Brasil (crítica e marcada por nossas diversidades e desigualdades), sabendo que hoje é impossível concebê-la sem considerar o impacto das tecnologias em nossas vidas.

No contexto escolar, a popularização da Internet e, em especial, do uso de celulares entre os(as) alunos(as) fez com que os problemas de convivência digitais se fundissem com os desafios da convivência física. O termo "*ciberbullying*" deixou de ser um estrangeirismo, tornando-se uma preocupação central, especialmente após a Lei Nº 13.185 de 2015 que instituiu o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (*Bullying*). Mais uma vez, o papel da lei não foi introduzir um tema novo, mas sim definir de forma mais clara a responsabilidade das escolas. Além de responder aos problemas, a lei, em seu Artigo 5º, estabelece o dever de assegurar medidas de conscientização, prevenção, diagnóstico e combate ao *bullying* e ao *ciberbullying*. A educação, portanto, permanece como um pilar de sustentação.

Os dados confirmam que o debate sobre a violência online é fundamental, especialmente quando analisamos o tema para além da superfície.



Em 2017, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), aprovada pelo Conselho Nacional de Educação, já incorporava o espírito da cidadania digital em uma de suas competências gerais: a cultura digital. Ela estabelece como direito dos(as) estudantes da educação básica (da educação infantil ao ensino médio) "[...] compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva". De forma acertada, a BNCC posiciona as TDICs não de modo meramente instrumental («aprender a usar»), mas como objeto de conhecimento, que incita debates e reflexões guiadas pelo exercício da cidadania — em linha com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Em 2022, com a aprovação do complemento da BNCC sobre o ensino de Computação, a cidadania digital ganha ainda mais destaque. A cultura digital se consolida como um dos eixos da computação nas escolas, juntamente com o pensamento computacional e o mundo digital. Mesmo com a escolha do Conselho Nacional de Educação de situar a cidadania digital — um tema transversal e transdisciplinar — ao lado de temas técnicos, o espírito permanece crítico, e não instrumental. É possível, e necessário, tratar deste tema em todas as áreas do conhecimento, e essa abordagem tem sido central nos documentos complementares aprovados pelo mesmo Conselho Nacional de Educação para orientar as redes de ensino na implementação dessas diretrizes.

A dificuldade em adaptar currículos a temas tão novos, instáveis e mutáveis (basta pensar na velocidade com que a cultura digital se transforma na linguagem dos memes) soma-se à profusão de normas que agregam novos elementos à BNCC. É o caso, por exemplo, da Política Nacional de Educação Digital, aprovada em 2023, que, além da computação, da cultura digital e da cidadania digital, introduz a "educação digital" no rol de conceitos.

A harmonização dessas diferentes diretrizes veio com a Resolução CNE/CEB nº 2/2025 do Conselho Nacional de Educação. Além de fornecer orientações operacionais para a Lei nº 15.100/2025, que restringiu o uso de celulares e outros dispositivos eletrônicos pessoais nas escolas (outro marco de uma visão mais assertiva e menos instrumental sobre a tecnologia), a resolução institui diretrizes para a integração curricular da educação digital e midiática. Ela conceitua a educação digital e midiática como uma "área interdisciplinar que inclui as competências previstas na BNCC relativas ao uso de tecnologias, comunicação, reflexão e análise de informações e mídias, cultura digital, mundo digital e pensamento computacional", com implementação obrigatória nas escolas de forma transversal ou como componente curricular. Para sustentar essa implementação, as redes de ensino devem adotar a cidadania digital como dimensão estruturante, ou seja, o princípio que orienta as competências e habilidades, unindo a técnica à compreensão crítica.

O ano de 2026 será o primeiro em que a BNCC Computação e as Diretrizes de Educação e Midiática deverão ser implementadas obrigatoriamente nas escolas. Não por acaso, é também o ano em que o ECA Digital entrará em vigor — a princípio, ainda no primeiro trimestre. E se a educação para a cidadania digital já era estruturante nos documentos normativos de currí-

culo, agora também o é na principal regulamentação digital do país voltada para crianças e adolescentes. O artigo 4º, que versa sobre os fundamentos do uso de produtos ou serviços de tecnologia da informação por crianças e adolescentes no Brasil, elenca princípios que vão nortear todas as mudanças regulatórias que tanto ansiamos. Entre eles, o princípio da proteção integral, da proteção contra toda forma de violência, e a "[...] a promoção da educação digital, com foco no desenvolvimento da cidadania e do senso crítico para o uso seguro e responsável da tecnologia".

Inspirados por estes desafios, temos, na Safernet Brasil, atuado diretamente com as redes de ensino para, junto a professores(as) e gestores(as), pensarmos em formas de materializar tantas diretrizes em práticas pedagógicas sensíveis, acolhedoras e, em especial, realistas para os contextos diversos das escolas da rede pública. Trata-se de um trabalho de escuta e de prática, que envolve a disponibilização de planos de aula, curso de formação online, mentorias e estratégias de valorização desses profissionais da educação que têm tornado real o espírito da cidadania digital presente nos documentos legais. Desde 2023, já são mais de 110 mil estudantes beneficiados(as) e mais de 43 mil professores(as) que passaram pelas formações gratuitas do projeto — mais informações estão disponíveis aqui. Mas, para além dos números, os aprendizados têm sido ainda mais importantes:

1. **Tecnologia como objeto de conhecimento:** é crucial diferenciar o uso da tecnologia na educação da educação sobre o uso das tecnologias. Nosso objetivo não é que elas sejam meras ferramentas, mas sim objetos de reflexão e conhecimento.
2. **Visão ampla e crítica**: a cidadania digital é um tema transdisciplinar que une aspectos técnicos e críticos. Não pode ser reduzida a uma única área do conhecimento ou à mera ideia de "ser cidadão na Internet".
3. **Urgência socioemocional:** a aceleração da vida, a virtualidade, a distração e a desordem informacional dos ambientes online exigem, com urgência, o desenvolvimento de habilidades socioemocionais. É essencial debater com os(as) estudantes como seu comportamento e visão de mundo são impactados pelas tecnologias.
4. **Propósito, não mera "modernização"**: precisamos qualificar o porquê de tratar esses temas em sala de aula, rejeitando a visão superficial que enxerga as tecnologias como ferramentas para "modernizar" o ensino.
5. **Educar para a cidadania:** a educação deve ser orientada para a cidadania, e não para o consumo passivo ou o uso puramente instrumental e acrítico das tecnologias. Como nossos direitos e deveres são impactados pelas tecnologias?
6. **Contextos, diversidades e saberes locais:** não é possível desconsiderar as desigualdades sociais e diversidades culturais do Brasil quando pautamos a cidadania digital. Não há soluções prontas: todo debate precisa ser adaptado às nossas realidades, usos e acessos.
7. **Provisão, proteção e participação**: o "tripé" que fundamenta os direitos das crianças e adolescentes também orienta nossa prática educativa. A cidadania digital no currículo é aliada do Estatuto da Criança e do Adolescente, inclusive o original de 1990.
8. **Metodologias ativas e desplugadas:** práticas pedagógicas participativas, quando inseridas com intencionalidade pedagógica, são poderosas para o protagonismo estudantil e uma educação transformadora. Mas não devem ser inseridas a qualquer custo, sob risco de "modernizar" apenas por "modernizar". Da mesma forma, atividades desplugadas, ou seja, sem o uso de tecnologias digitais, continuam sendo especiais para debater sobre tecnologias, mesmo em contextos em que ela estaria acessível.
9. **Valorização docente:** o sucesso de qualquer iniciativa depende do respeito e da valorização integral dos(as) professores(as) como trabalhadores(as), garantindo condições confortáveis de trabalho, remuneração justa e perspectivas de crescimento profissional.
10. **Sonhar e criar outras tecnologias**: aliando conhecimentos técnicos e socioemocionais, preparamos os(as) estudantes para que atuem como protagonistas não apenas no uso das tecnologias, mas na sua criação. Que outras tecnologias queremos criar?

É fato que o cenário normativo, educacional e social posiciona 2026 como um ano de inflexão e de grandes desafios práticos. A convergência das diretrizes curriculares que fazem da cidadania digital uma dimensão estruturante da educação com a entrada em vigor do ECA Digital sinaliza o amadurecimento do Brasil na forma como lida com o impacto das tecnologias na vida de crianças e adolescentes. O encontro entre a educação, como pilar central, e a proteção integral, como objetivo maior, deve ser o guia para redes de ensino, famílias e sociedade civil. Assim, garantimos que o avanço regulatório se traduza em práticas pedagógicas eficazes e em ambientes digitais mais seguros, críticos e inclusivos para as novas gerações.

Revista Diálogos, ano 2, n. 2 (2026) ISSN 3086-5301

Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 2025.** Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais sobre o uso de dispositivos digitais em espaços escolares e integração curricular de educação digital e midiática. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/2025/marco/rceb002_25.pdf. Acesso em: 5 fev. 2026.

BRASIL. **Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014.** Estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm. Acesso em: 5 fev. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.185, de 6 de novembro de 2015.** Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm. Acesso em: 5 fev. 2026.

BRASIL. **Lei nº 15.100, de 13 de janeiro de 2025.** Dispõe sobre a utilização, por estudantes, de aparelhos eletrônicos portáteis pessoais nos estabelecimentos públicos e privados de ensino da educação básica. Disponível em: https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-15.100-de-13-de-janeiro-de-2025-606772935. Acesso em: 5 fev. 2026.

BRASIL. **Lei nº 15.211, de 17 de setembro de 2025.** Dispõe sobre a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais (Estatuto Digital da Criança e do Adolescente). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/lei/L15211.htm. Acesso em: 5 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular.** Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 5 fev. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Complemento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC): Competências Gerais e Conteúdos Essenciais para o Ensino de Computação**. Brasília, DF, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/escolas-conectadas/BNCCComputaoCompletodiagramado.pdf. Acesso em: 6 fev. 2026.

SAFERNET BRASIL. **Projeto Disciplina de Cidadania Digital**. [S.l.]: Safernet Brasil, [s.d.]. Disponível em: https://cidadaniadigital.org.br/. Acesso em: 6 fev. 2026.

**Jornalista (UERJ) e Mestre em Tecnologia e Sociedade (UTFPR), é gerente de projetos na Safernet Brasil e atua há 10 anos com projetos de atuação para a cidadania digital. Coordenou o programa de engajamento jovem Cidadão Digital entre 2020 e 2022, e coordena o projeto da Disciplina de Cidadania Digital desde 2023. Neste último, lidera iniciativas de formação de professores(as) e valorização de práticas pedagógicas, colaborando com redes de ensino na implementação das diretrizes de uso seguro e consciente das tecnologias. Em 2023, integrou o Grupo de Trabalho para o combate à violência nas escolas do MEC e, em 2024, tornou-se integrante do Comitê Nacional de Educação e Cultura em Direitos Humanos do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. Também integra o Grupo de Especialistas da Pesquisa TIC Educação, do Cetic.br/NIC.br/CGI.br*



Entrevista

“Falar em prevenção ao uso de drogas é, antes de tudo, fortalecer fatores de proteção, projetos de vida e políticas públicas baseadas em evidências.”

Por MS Carlos Augusto Lopes
Subsecretário de Estado de Políticas sobre Drogas



Professor da rede pública e subsecretário de Estado de Políticas sobre Drogas do Espírito Santo, Carlos Augusto Lopes construiu sua trajetória profissional a partir do compromisso com a educação pública e com a formulação de políticas baseadas em evidências. Nesta entrevista, ele reflete sobre os desafios contemporâneos da prevenção ao uso de drogas, o papel estratégico da escola na proteção de crianças e adolescentes e a importância de políticas intersetoriais, acolhedoras e comprometidas com a dignidade humana. Ao longo da conversa, Carlos Lopes também destaca programas, pesquisas e ações que vêm sendo desenvolvidas no estado, reforçando a centralidade da educação na construção de respostas mais eficazes e responsáveis para essa temática complexa.

Carlos, o senhor poderia contar um pouco sobre a sua trajetória como subsecretário de Estado de políticas sobre drogas?

Minha trajetória profissional é profundamente marcada pela educação pública. Sou fruto da escola pública em toda a minha formação — da educação básica à pós-graduação — e sou professor efetivo da rede estadual, da área de Sociologia, atualmente cedido para o exercício da gestão. Acredito na escola pública porque faço parte dela e porque minha atuação profissional sempre esteve vinculada a esse compromisso.

Ao longo da minha carreira, atuei em diferentes áreas da administração pública, como secretário municipal de Planejamento e Desenvolvimento Econômico em Viana, diretor do DETRAN e coordenador da Escola do Legislativo da Assembleia Legislativa. Há sete anos, estou à frente da Subsecretaria de Políticas sobre Drogas do Espírito Santo. Quando assumimos, ainda estávamos construindo uma política pública estruturada nessa área, processo que vem sendo desenvolvido ao longo desse período.

A temática das drogas e do álcool é complexa e exige políticas integradas e intersetoriais. Nenhum órgão, isoladamente, é capaz de enfrentar esse desafio. Por isso, o diálogo entre diferentes áreas do governo é fundamental. Nesse contexto, a parceria com a Secretaria de Estado da Educação tem sido especialmente relevante. Juntos, construímos o Caderno Metodológico de Prevenção ao Uso de Drogas, uma iniciativa inédita lançada em 2022, além de ações como formações de professores(as) via CEFOPE e editais de práticas pedagógicas, que chegam agora à terceira edição, reconhecendo e incentivando experiências exitosas nas escolas públicas.

Essa articulação também se fortalece no âmbito do COESAD, o Conselho Estadual sobre Drogas, que conta com a participação da SEDU. Falar em prevenção ao uso de substâncias psicoativas implica superar abordagens moralistas ou punitivistas, que as evidências científicas mostram ser ineficazes e, muitas vezes, prejudiciais. Temos buscado, ao contrário, investir no fortalecimento de fatores de proteção, no desenvolvimento de habilidades socioemocionais e na construção de projetos de vida para os(as) estudantes. Recentemente, inclusive, entregamos uma pesquisa realizada em parceria com a UFES, envolvendo estudantes do ensino médio da região metropolitana, que evidencia o contato precoce de muitos adolescentes com o álcool e outras substâncias. Esses dados reforçam a centralidade da prevenção e a importância da parceria com as escolas e com a rede de ensino, especialmente no diálogo permanente com a SEDU.

Revista Diálogos, ano 2, n. 2 (2026) ISSN 3086-5301

A subsecretaria coordena o programa Rede Abraço, que atua em diferentes eixos. Na sua visão, qual a importância deste programa para o enfrentamento ao problema do consumo de drogas por jovens?

O Programa Rede Abraço foi criado em 2013 e reestruturado a partir de 2019, quando assumimos a Subsecretaria com a missão de fortalecer uma política pública integrada e baseada em evidências. Atualmente, o programa se organiza em quatro eixos: educação e prevenção, cuidado e tratamento, reinserção social e estudos e pesquisas, articulados por um modelo de governança que valoriza a participação social e a transparência.

No eixo do cuidado e tratamento, destaco os Centros de Acolhimento e Atenção Integral sobre Drogas (CAADs), centros de acolhimento e atendimento gratuito e de porta aberta, localizados em Vitória, Linhares e Cachoeiro de Itapemirim, que acolhem pessoas com problemas relacionados ao álcool e outras drogas, e seus familiares, sem julgamento moral. Já a reinserção social ocorre por meio da Unidade de Acompanhamento para Reinserção Social (UARIS), que acompanha e promove a reconstrução de vínculos familiares, territoriais e com o mundo do trabalho.

Na área da educação e prevenção, o programa desenvolve ações como os editais de boas práticas, que já investiram mais de cinco milhões de reais em projetos, o edital de práticas pedagógicas em parceria com a SEDU e o Projeto Horizontes, voltado a grupos com demandas específicas. Destaco ainda o Centro de Prevenção Comunitária, que atende 120 crianças e adolescentes no contraturno escolar, oferecendo atividades educativas, culturais e acompanhamento psicológico.

No campo dos estudos e pesquisas, investimos na produção de evidências científicas, em parceria com a FAPES, compreendendo que políticas baseadas no senso comum e no punitivismo não enfrentam o problema. A prevenção, para nós, passa pela ampliação de oportunidades e por políticas públicas integradas, como educação integral, cultura e esporte, capazes de garantir aos jovens condições reais de construir projetos de vida mais seguros e promissores.



O observatório Capixaba de informações sobre Drogas (OCID) tem produzido dados fundamentais para o estado. Qual a importância de políticas públicas baseadas em evidências para o enfrentamento dos problemas relativos às drogas?

O Observatório Capixaba de Informações sobre Drogas foi lançado em 2020, em um contexto no qual o Observatório Nacional havia sido desestruturado pelo governo federal à época. Diante desse cenário, o Espírito Santo assumiu um papel de liderança ao estruturar um observatório estadual, que passou a se consolidar como referência nacional. Mesmo com a reconstrução do Observatório Brasileiro a partir de 2023, o OCID manteve seu protagonismo e tem sido reconhecido, inclusive por pesquisadores de outros estados, como um modelo de produção e difusão de informações qualificadas.

O OCID está inserido no eixo de estudos e pesquisas da política estadual sobre drogas e tem como objetivo central democratizar o acesso a informações baseadas em evidências científicas. Por meio do observatório, são disponibilizados os resultados das pesquisas financiadas pelo Estado, além de estudos produzidos por outros órgãos, estados e países, reunindo dados, indicadores e análises em um único espaço de consulta pública.

A importância de políticas públicas baseadas em evidências está justamente na capacidade de qualificar o debate e orientar decisões mais eficazes. Em um contexto marcado pelo senso comum, pela desinformação e pela polarização, especialmente em torno da temática das drogas, o observatório atua como um contraponto técnico e científico. Ele contribui para superar abordagens simplistas ou ideologizadas, fortalecendo a construção de políticas mais responsáveis, eficazes e alinhadas à complexidade do fenômeno das drogas.

A partir dos estudos realizados, é possível identificar fatores de risco e fatores de proteção no ambiente escolar. Na sua avaliação, quais elementos da escola podem contribuir efetivamente para a prevenção ao uso de drogas?

Entre os fatores de risco presentes no ambiente escolar, o *bullying* merece atenção especial. Situações de ridicularização, humilhação e violência, que não são apenas físicas, mas também psicológicas, emocionais e simbólicas, afetam profundamente crianças e adolescentes. Em muitos casos, o uso de substâncias aparece como uma forma de fuga ou de reação a essas violências. Um ambiente escolar que não seja saudável, segu-

ro e acolhedor acaba, portanto, ampliando vulnerabilidades.
Por outro lado, a escola pode e deve se constituir como um importante fator de proteção social. Quando se torna um espaço de acolhimento, pertencimento e segurança, onde os(as) estudantes encontram informações confiáveis e relações baseadas no respeito, a escola contribui diretamente para a prevenção.



Nesse processo, o papel dos(as) professores(as), da equipe pedagógica e de todos os(as) trabalhadores(as) da educação é central. A escola não pode ser conivente com práticas abusivas, como o *bullying* ou o assédio moral e psicológico. O enfrentamento cotidiano dessas violências, aliado a uma postura ativa de cuidado e escuta, fortalece o ambiente escolar como espaço de proteção.
Além disso, iniciativas como a implementação do currículo diversificado através do componente integrador eletiva e projeto de vida além das escolas de tempo integral e projetos que investem em tecnologia, robótica e inovação ampliam os horizontes dos(as) estudantes. Ao mostrar que a educação pode abrir caminhos para superar situações de vulnerabilidade e promover mobilidade social, a escola contribui de forma concreta para a construção de projetos de vida mais seguros e para a prevenção ao uso de drogas.

Considerando os desafios contemporâneos vivenciados pelos jovens, como pressões sociais, saúde mental, redes sociais e desigualdades, que caminhos o senhor acredita que precisam ser fortalecidos nas políticas de educação e prevenção ao uso de drogas?
De modo geral, as políticas de educação e prevenção precisam atuar em dois movimentos complementares: reduzir os fatores de risco e fortalecer os fatores de proteção social. Esse é um diagnóstico amplo e já bastante consolidado. No entanto, cada realidade escolar e cada território apresentam configurações próprias desses fatores, o que exige um olhar mais atento e contextualizado.
Por isso, considero fundamental que as políticas públicas se baseiem em diagnósticos locais, construídos a partir do território em que a escola está inserida e da realidade concreta dos(as) estudantes. A partir desse mapeamento, é possível identificar quais fatores de risco estão mais presentes e quais estratégias de proteção precisam ser fortalecidas.
Quando falamos em adesão ao mundo das drogas, estamos nos referindo tanto ao uso quanto ao envolvimento com o tráfico, ou à combinação de ambos. Esses fenômenos não podem ser compreendidos de forma homogênea, pois cada sujeito responde de maneira distinta às suas condições de vida. O que funciona para um estudante pode não funcionar para outro.
Nesse sentido, quanto mais preciso e próximo da realidade for o diagnóstico mais efetivas tendem a ser as ações de prevenção. Políticas que apenas replicam modelos prontos, sem considerar as singularidades locais, correm o risco de não produzir os efeitos desejados.
Fortalecer os caminhos da prevenção, portanto, passa por reconhecer a diversidade das realidades escolares e investir em abordagens adaptativas, sensíveis ao contexto e articuladas com um conjunto mais amplo de políticas públicas, para além da educação, capazes de garantir condições reais de proteção e desenvolvimento para os jovens.

Aproveitando algumas de suas ponderações, o senhor fala sobre especificidades que são inerentes à condição de cada sujeito de forma particular. Nesse sentido, talvez devamos falar em interseccionalidade. Cada estudante está conectado a uma realidade e a distintos marcadores sociais da diferença. Por que é tão importante olhar através desse prisma?
Como destaquei anteriormente, não é possível obter resultados efetivos em políticas sobre drogas sem partir da premissa da intersetorialidade. No campo da educação, essa abordagem precisa, necessariamente, dialogar com as interseccionalidades. Isso significa reconhecer que os sujeitos vivem realidades muito distintas e apresentam demandas específicas a partir de marcadores como território, raça, gênero, classe social e cultura.
Um jovem negro e periférico, por exemplo, enfrenta desafios diferentes daqueles vivenciados por um estudante branco, ainda que ambos frequentem a escola pública. Da mesma forma, uma menina negra da periferia apresenta demandas próprias, atravessadas por questões de gênero e raça. O mesmo vale para comunidades indígenas, que possuem especificidades culturais e históricas, ou para comunidades pomeranas, onde o uso abusivo de álcool está culturalmente naturalizado e isso pode acabar potencializado o consumo de outras drogas.
Essas realidades revelam que as causas de adoecimento, violência ou morte de jovens variam significativamente conforme o território e o grupo social ao qual pertencem. Por isso, embora existam premissas gerais sobre o que funciona ou não na prevenção, é fundamental singularizar as intervenções, adaptando-as às realidades locais e às subjetividades dos**(as)** estudantes.
Além disso, é imprescindível que as políticas de educação dialoguem com outras políticas públicas. Quando a escola identifica um(a) estudante exposto(a) à violência, em situação de vulnerabilidade social ou com problemas de saúde, ela não pode lidar sozinha com essa realidade. É necessário acionar a rede de proteção como CRAS, CREAS e unidades de saúde para garantir um cuidado integral.
Tratar o estudante como um sujeito inteiro exige romper com a lógica burocrática que compartimenta as políticas públicas. Embora o discurso sobre intersetorialidade e interseccionalidade seja relativamente consensual, sua implementação é complexa, pois fomos historicamente ensinados a atuar de forma fragmentada. No entanto, quando fragmentamos o sujeito, deixamos de responder adequadamente às suas necessidades. Somente a atuação articulada entre diferentes políticas permite enfrentar, de fato, as desigualdades e produzir respostas mais eficazes no campo da educação e da prevenção ao uso de drogas.

O senhor mencionou que algumas ações relacionadas à temática foram descontinuadas em alguns governos. Como enfrentar esse dilema e transformar as políticas de governo em políticas de Estado?
Refiro-me especialmente ao período entre 2015 e 2018, quando observamos a descontinuidade de diversas políticas públicas no âmbito estadual, entre elas o Programa Rede Abraço. Esse é um dilema amplamente discutido pela literatura de políticas públicas e não é exclusivo do Brasil, embora aqui ele se apresente de forma bastante recorrente.
Sabemos que muitas políticas públicas só produzem efeitos consistentes quando são perenes. No entanto, a alternância de governos frequentemente traz consigo a lógica de desmonte do que foi construído anteriormente, mesmo quando as políticas estão funcionando e apresentando resultados.
Nesse processo, todos perdem: a sociedade, que deixa de usufruir dos benefícios, e o próprio Estado, que desperdiça investimentos financeiros, capital humano e anos de trabalho acumulado.
A descontinuidade, portanto, é um problema estrutural das políticas públicas e segue sendo um risco real. No Espírito Santo, por exemplo, caminhamos para 2026, um ano eleitoral, e não estamos imunes a esse cenário. Por isso, torna-se fundamental avançar na institucionalização das políticas, de modo a reduzir sua vulnerabilidade às mudanças de governo.



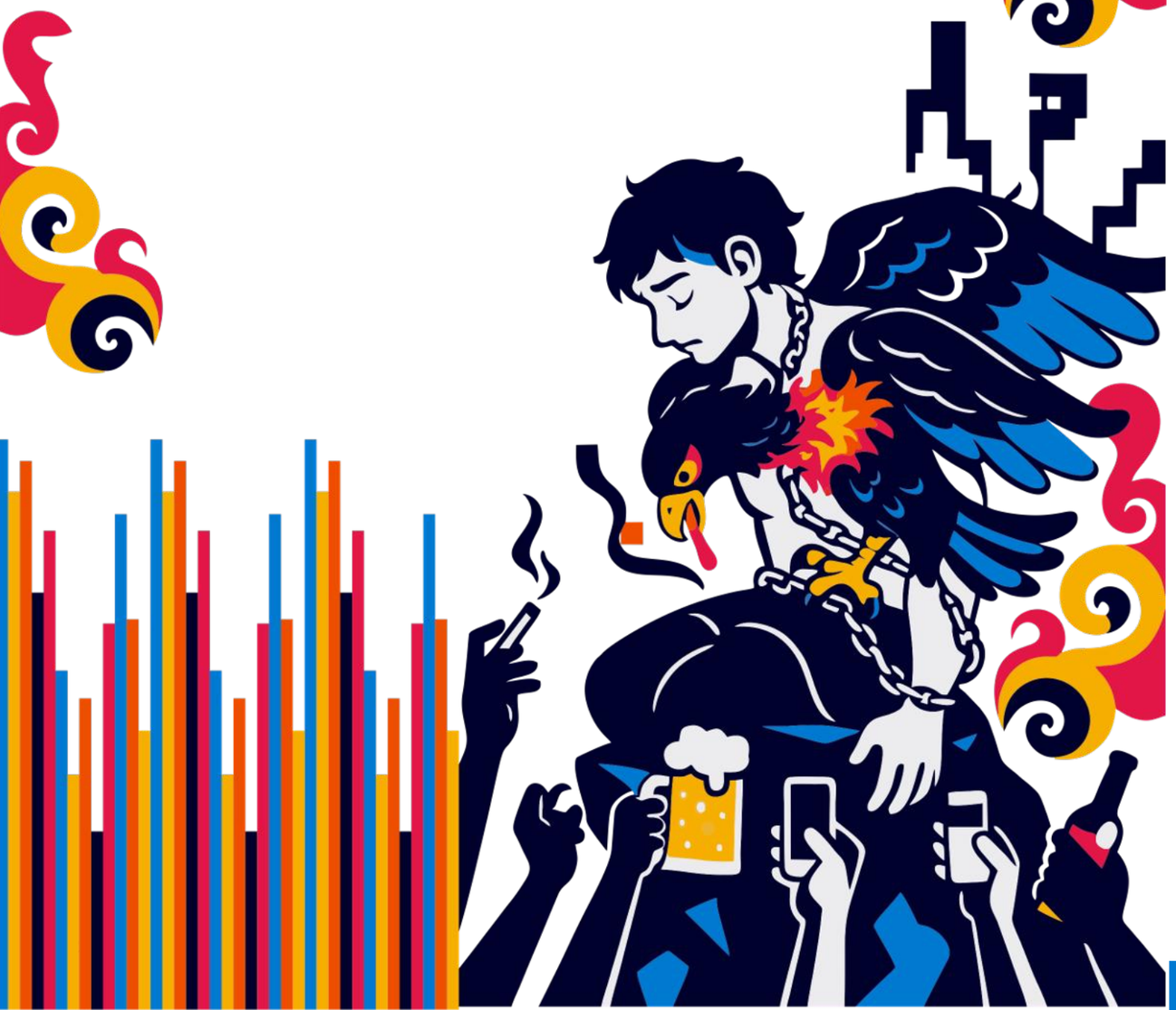
A criação de marcos legais, como projetos de lei, é um caminho importante nesse processo. Embora as leis não sejam uma blindagem absoluta, elas dificultam desmontes abruptos e conferem maior estabilidade ao arcabouço institucional das políticas públicas. Esse é um desafio permanente.
Nesse sentido, temos refletido sobre como avançar, a partir de 2026, na institucionalização do Programa Rede Abraço, para que ele possa se consolidar cada vez mais como uma política de Estado, e não apenas como uma política de governo, garantindo continuidade, sustentabilidade e impacto social no longo prazo.

Para finalizar, que mensagem o senhor deixaria para comunidade escolar sobre a importância de enfrentar o tema do uso de drogas de forma responsável, acolhedora e comprometida com a proteção e cuidados do(a) estudante?
Em primeiro lugar, é importante desmistificar a ideia de que existe uma sociedade sem drogas. Ao longo da história, o uso de substâncias psicoativas sempre esteve presente, inclusive em comunidades tradicionais. Ao mesmo tempo, precisamos problematizar os tabus em torno das drogas ilícitas e a naturalização social do uso de drogas lícitas, como medicamentos controlados e o álcool.
A partir disso, o desafio é compreender quais sofrimentos, desigualdades e violências têm levado tantos jovens a recorrer ao uso de substâncias como forma de lidar com a dor ou fugir da realidade. Por isso, a escola não deve adotar discursos moralistas ou punitivistas, mas sim apresentar caminhos que valorizem o cuidado, o bem-estar e a segurança.
Fortalecer os fatores de proteção social, investir no desenvolvimento das habilidades socioemocionais e ampliar o acesso ao esporte, à cultura e a projetos de vida são estratégias fundamentais. Mais do que proibir, é preciso acolher, orientar e garantir aos(às) estudantes condições para uma vida mais saudável, segura e digna.

Carlos Lopes é sociólogo e doutorando em Ciências Sociais (UFES). Desde 2019 é subsecretário de Estado de Políticas sobre Drogas e coordenador do Programa Rede Abraço. Em 2025, assumiu também a coordenação da Fundação João Mangabeira no Espírito Santo (FJM-ES)

Fala, Especialista!

Adolescência em Conexão e Risco: Desafios da Adicção e o Papel da Psicologia junto à Escola e às Famílias



Revista Diálogos, ano 2, n. 2 (2026) ISSN 3086-5301

Puxa a cadeira, vem conversar!

Quando recebemos o convite para escrever algumas linhas que pudessem contribuir para a construção de diálogos entre a Educação, a Psicologia e a Juventude/Adolescência no contexto do uso de substâncias psicoativas, tínhamos apenas uma certeza e muitas perguntas (mais do que respostas), sabíamos que a escolha não seria por um texto acadêmico, mas uma conversa. Daquelas conversas de adulto que, no final, acabam trazendo as referências, mas que aqui no corpo do texto (e a gente gosta de falar de corpo) as referências ficariam apenas no final. E para começar, nada melhor do que a gente se apresentar.



Sou professora de Arte da SEDU, psicóloga clínica na abordagem corporal, pós-graduanda em Psicologia Biodinâmica, mestra em educação, e minha experiência com adictos vem da atuação em uma residência terapêutica; prazer, Dianni[1].



Sou Psicóloga Clínica com abordagem em psicologia corporal, pós-graduanda em saúde mental e Psicologia Biodinâmica, possuo, ainda, curso de dependência química e atuação com adictos em instituições psiquiátricas; prazer, Lara[2].

Adolescente é bicho de sete cabeças?

A adolescência é um período da vida humana marcada por mudanças psicossociais e fisiológicas (conhecida como puberdade). Trata-se de uma fase atravessada por alterações significativas no corpo, nas relações com família e amigos, além de indicar o despertar da sexualidade. Essas mudanças profundas, frequentemente associadas a contextos de pouca escuta e acolhimento, podem favorecer situações de vulnerabilidade que aumentam os riscos de contato, experimentação e uso, muitas vezes abusivo, de substâncias psicoativas lícitas e/ou ilícitas. Na contemporaneidade, além disso, observamos que outros riscos somam forças como a dependência digital, o uso excessivo de telas e o (des)serviço de muitos *influencers* que poderiam usar o espaço privilegiado de alcance nas mídias para construir repertório socioemocional, mas acolhem a demanda econômica de vender produtos, expectativas e conteúdos ligados à dopamina barata. Quem nunca se pegou *escrolando* as redes sociais atrás de mais um vídeo engraçado que atire o primeiro Nokia tijolão!

O fato é que os(as) adolescentes possuem uma característica muito importante que os(as) difere dos adultos: são sujeitos em formação, cujo córtex pré-frontal (estrutura cerebral responsável pela tomada de decisões) ainda não está totalmente formado e maduro, o que acaba atraindo uma fama nem sempre correta de que "adolescente é bicho de sete cabeças" ou "aborrecente", quando, na verdade, são pessoas que habitam uma espécie de limbo entre a infância e a vida adulta. Nessa hora, o papel do adulto educador(a), psicólogo(a) ou quem cumpre as funções materna e paterna é garantir presença, disponibilidade para escutar, acolher e orientar; sem sermões ou falas do tipo "*na minha época*…". Uma das coisas boas da vida é que, às vezes, podemos escolher e, nesse caso, podemos escolher entre ver essa pessoa como uma bomba-relógio prestes a "fazer coisa errada" e que não merece confiança ou como alguém que pode receber responsabilidades com alguma supervisão e presença, para que a jornada seja mais amena para todas as pessoas envolvidas.

Cartografando o cenário: uma leitura dos dados

Entendemos, até aqui, o quanto a juventude se constitui como uma fase do desenvolvimento marcada por profundas transformações: físicas, emocionais e sociais. Nesse período, os jovens vivenciam processos intensos de construção de identidade, ampliação dos vínculos sociais e busca por pertencimento, ao mesmo tempo em que enfrentam inseguranças, pressões externas e desafios próprios da contemporaneidade: a aceleração do ritmo de vida, a hiperconectividade, as exigências por desempenho e a redução de espaços de escuta e convivência que contribuem para o aumento de comportamentos disfuncionais. As saidinhas para festas e o consumo de substâncias, muitas

1 Dianni Pereira de Oliveira, Arte Educadora, Mestra em Educação e Linguagens (PPGE/UFES), Psicóloga Clínica (CRP16/11826). Atendimento de crianças, adolescentes e adultos no Instituto Carlos Santos. Contatos: (27) 99245-3005. dianni.psi@gmail.com

2 Lara Biasutti Salviato, Psicóloga Clínica (CRP16/10179). Contatos: larabiasuttipsi@gmail.com (27) 99837-8009.

Revista Diálogos, ano 2, n. 2 (2026) ISSN 3086-5301

vezes utilizadas para aliviar tensões, dar coragem ou "relaxar", passam a ocupar espaços que poderiam ser preenchidos por maior presença e contato. A conversa por trás das telas, a autoestima vendida por produtos e imagens que não existem, tudo isso forma o cenário que precisa ser cartografado pelos adultos que fazem parte do processo de crescimento do(a) adolescente.
Todo aquele comportamento disfuncional, a perda de controle e a compulsão se materializam em resultados importantes que exigem nossa atenção: o consumo de álcool e outras drogas entre adolescentes não é um fenômeno isolado, mas influenciado por fatores históricos, sociais e familiares. Pesquisas revelam que cerca de 65,2% dos(as) estudantes nas capitais brasileiras já fizeram uso de álcool e 22,6% utilizaram algum outro tipo de droga[1]. Um fator determinante na vulnerabilidade do(a) adolescente é a dinâmica familiar. Estudos mostram que o estilo parental negligente – caracterizado por baixa exigência e baixa responsividade – atua como um preditor significativo para o consumo de substâncias psicoativas. Por outro lado, o estilo autoritativo, que equilibra afeto e limites, é apontado como principal fator de proteção[2].

A tropa não é de elite, mas o inimigo agora é outro
Pode-se pensar na dependência como resposta para a dificuldade de regulação emocional e enfrentamento de situações de estresse, ansiedade e sofrimento psíquico. Se no século XX a preocupação central era o tabaco e o álcool, o século XXI trouxe os sistemas digitais como o novo vício da era moderna[3]. A dependência de telas pode ser definida como o uso abusivo de dispositivos como celulares, computadores e jogos eletrônicos, levando à perda de controle e à obsessão pela vida virtual em detrimento da vida real; esse comportamento sugere uma desconexão com a atividade presente. A ausência de limites no mundo digital, muitas vezes por falta de uma educação para o comportamento online, gera consequências graves como o aumento da ansiedade, hiperatividade e pânico. Isso ocorre devido ao volume de informações em tempo real; à perda da noção de limite e um estado de "reatividade" constante, em que o(a) adolescente sente a necessidade de responder, curtir e ver tudo imediatamente. Além disso, acontecem impactos no convívio social desses jovens quer seja com a família ou com os amigos da modalidade presencial.

Desse modo, entendemos que a escola é o ambiente natural para esforços de prevenção, mas o enfrentamento dessas questões ainda esbarra em mitos, moralismo e medo por parte de alguns profissionais. Além disso, as famílias também são atores de suma importância, pois convivem com o(a) adolescente e são responsáveis por estabelecer regras claras e limites coerentes para que ele(a) possa se sentir protegido(a) e não cerceado(a) do seu direito de se desenvolver, descobrir e experimentar a vida (que são comportamentos esperados nesta fase) sem abrir mão da segurança.

"Paz sem voz, não é paz, é medo"
Muitos são os desafios enfrentados na contemporaneidade no que tange à segurança, trabalho, qualificação profissional aliada à construção de projetos de vida para/com a juventude livre dos perigos da adicção. Para que escola (educadores/as), famílias, profissionais de saúde e demais setores de nossa sociedade possam ajudar nessa travessia, é necessária uma força-tarefa para prevenir ou ao menos remediar a "dor social" que ocorre quando a tecnologia avança mais rápido que a formação humana. Desse modo, faz-se necessário, também, convidar o(a) adolescente para o centro da conversa, para uma escuta atenta, ativa, respeitosa e integrada; substituindo abordagens proibicionistas ou punitivas por diálogos orientados pela compreensão das causas e implicações sócio-históricas do uso de substâncias; ajudar na construção de repertórios e habilidades que as Inteligências Artificiais (IA's) não possuem, como análise crítica, contextualização e empatia, reduzindo a dependência da validação virtual, no desenvolvimento de resiliência[4].
Diante das incertezas em um mundo digital, podemos transformar o desafio do virtual em um ambiente educativo, uma ferramenta de proteção, para garantir que nossos(as) adolescentes desenvolvam não apenas habilidades tecnológicas, mas, acima de tudo, competências humanas essenciais para uma vida saudável e segura em relação ao excesso de uso de telas, álcool e outras drogas[5].
Em função dos diversos desafios sociais e das dificuldades na dinâmica familiar, é possível transformar esses medos em oportunidades de construção de um espaço mais seguro, marcado pela escuta, pelo acolhimento e pela presença. Um antigo provérbio africano diz que "para criarmos uma criança precisamos de uma aldeia inteira". É importante lembrarmos que essas crianças crescem e se tornam adolescentes, jovens e adultos que quando não encontram acolhimento em seus pares, correm o risco de buscarem nas telas, no álcool e em outras drogas, algo para aplacar o vazio e a dor existencial, muitas vezes de traumas ou histórias de vida com pouco espaço para o diálogo e a resolução de conflitos.

"Você me diz que seus pais não lhe entendem, mas você não entende seus pais"
Ser adolescente hoje é completamente diferente, do ponto de vista geracional, cultural e tecnológico, do que há 10, 20 ou 30 anos. Ainda assim, independentemente do tempo histórico, a adolescência é uma fase fundamental da vida, que requer uma estrutura adequada para auxiliar na organização de um corpo em desenvolvimento físico e emocional, possibilitando a construção de repertórios para lidar com inseguranças e medos que não devem ser silenciados. Trata-se de um corpo que necessita de limites e contornos, mas que também demanda movimento, escuta e afeto. Os(As) adolescentes, injustamente chamados de "aborrecentes", estão em busca de espaço, embora ainda seja uma dinâmica de cuidado muito ideal, o mundo mudou e o virtual é difícil de administrar, até mesmo para os adultos.
Sabemos que nem sempre é possível prevenir o uso abusivo de substâncias psicoativas e, infelizmente, em algum momento poderá ser necessário lidar com um(a) jovem capturado(a) pela adicção. Nesses casos, o mais importante, apesar do cenário desafiador, é identificar as ferramentas capazes de transformar a dependência em saúde, tendo em mente que a saída para esse labirinto se encontra no pequeno espaço entre a fissura e o uso. Ou melhor dizendo, fará toda a diferença em quem estará nessa travessia junto ao(à) adolescente para ajudá-lo(a) a escrever uma nova história de vida, apesar de tudo.

Referência da Arte: releitura digital, em estilo anime (desenho japonês) do mito grego de Prometeu que, por ter roubado o fogo dos deuses e dados à humanidade, recebeu como punição ser acorrentado a um rochedo e ter seu fígado devorado cotidianamente por uma ave.



Notas finais

1 BORINI, Maria Lucia. **Drogas na Adolescência:** desafios à saúde e à educação. Revista Psicol. Pesqui. Juiz de Fora, maio-agosto, 2018.
2 DOMINGUES, Aline Eumael. NATIVIDADE, Jean Carlos. HUTZ, Cláudio Simon. **Uso de drogas e estilos parentais percebidos na adolescência**. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia na Adolescência, jan.-jun., 2011.
3 WEN, Chao Lung. **Educação para saúde mental no cotidiano do mundo digital** (Entrevista: Telemedicina da USP). Revista Construção Psicopedagógica, 27 (28), 2019.
4 SILVA, Braian Bruno da. LEITE, Cássia Soares. COSTA, Ederson Ribeiro. **Dependência de tela – A patologia do século XXI: uma revisão narrativa**. UNISALESIANO, 2022.
5 FONSECA, Marília Saldanha da. **Como prevenir o abuso de drogas nas escolas? Sugestões práticas**. Psicologia Escolar e Educacional. Centro Universitário de Barra Mansa, SOBEU, RJ, 2006.

Revista Diálogos, ano 2, n. 2 (2026) ISSN 3086-5301

Notícias do Programa

Educação e Justiça Climática: a experiência capixaba na VI Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente



A VI Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente (VI CNIJMA), realizada em 2025, teve como temática "Vamos Transformar o Brasil com Educação e Justiça Climática" e convidou as escolas brasileiras a (re)conhecerem a importância do debate sobre as mudanças climáticas, bem como compreenderem como esse fenômeno impacta de forma desproporcional as comunidades mais vulnerabilizadas e marginalizadas do país.

Organizada pelo Ministério da Educação (MEC), em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA) e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), a VI CNIJMA destinou-se a estudantes de 11 a 14 anos, matriculados do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, e envolveu a realização de conferências que aconteceram desde as escolas, passando por conferências intermediárias, podendo ser estas, municipais, regionais ou estaduais, até a edição nacional. No Espírito Santo mais de 100 escolas das redes municipais e estaduais engajaram-se em processos de pesquisa, diálogo e reflexão sobre a temática definida pela VI CNIJMA e realizaram suas conferências. Nesse percurso, estudantes e professores(as) elaboraram Projetos de Ação Escolares voltados à identificação e ao enfrentamento de problemas socioambientais vivenciados em seus territórios. As conferências escolares constituíram espaços de socialização dessas propostas, bem como de eleição do projeto representante da escola, do(a) delegado(a) e do(a) suplente responsáveis por defendê-lo nas etapas seguintes, além do(a) profissional da educação acompanhante. Todo o processo foi orientado pelos três princípios da Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente: "Jovem educa jovem", "Jovem escolhe jovem" e "Uma geração aprende com a outra".

Ao promover o diálogo, a escuta, a tomada de decisões coletivas e a escolha de representantes, as conferências escolares possibilitaram a vivência concreta de valores democráticos e do exercício da cidadania ambiental, estimulando o engajamento crítico, a participação social e a formação de jovens comprometidos com a justiça ambiental.

Os Projetos de Ação desenvolvidos nas escolas abordaram temas diversos, como o cálculo da pegada ecológica escolar; adaptações dos espaços escolares frente aos efeitos da mudança do clima; implantação de miniestações meteorológicas e pluviômetros; resgate de saberes ancestrais para a produção de alimentos saudáveis e mapeamento de nascentes e análise da qualidade da água de rios locais. Essas iniciativas articularam-se aos três eixos da VI CNIJMA: Territórios Saudáveis, Territórios que Protegem e Territórios de Paz e Sustentabilidade. A etapa estadual da conferência ocorreu em Guarapari, nos dias 18, 19 e 20 de agosto, reunindo 60 estudantes e 31 educadores(as), representando 30 escolas capixabas. O encontro contemplou diferentes modalidades de ensino e realidades territoriais, envolvendo estudantes de centros estaduais de ensino fundamental e médio em tempo integral de áreas urbanas, escolas municipais comunitárias agroecológicas, estudantes de escolas localizadas em comunidade quilombola, territórios indígenas e assentamentos de trabalhadores do campo.

A programação do encontro estadual incluiu a realização de Diálogo Autogestionado do Balanço Ético Global (BEG), que teve como objetivo ampliar, junto à sociedade civil, os debates da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30). Organizados em grupos, os(as) estudantes responderam à pergunta: *"Que tradições, histórias ou práticas da sua comunidade nos ensinam a viver em maior equilíbrio com a natureza?"*. As reflexões e respostas dos grupos foram compartilhadas com todos. As contribuições resultantes desse diálogo foram registradas na plataforma Brasil Participativo, fortalecendo a diversidade de perspectivas e o enraizamento territorial das discussões da COP30.

No segundo dia do evento, foram realizadas as apresentações dos projetos de ação escolares e a votação do projeto e dos(as) delegados(as), de diferentes unidades escolares e municípios, que representariam o Espírito Santo na etapa nacional. Entre as propostas apresentadas, destacaram-se iniciativas voltadas à solução de problemas hídricos locais, com oficinas práticas de modelos de caixas secas, terraços e curvas de nível; compostagem dos resíduos de alimentos das famílias de estudantes e refeitório da escola; implantação de unidades agroecológicas experimentais; viveiros de mudas nativas; biodigestores e hortas escolares; mapeamento participativo da realidade alimentar das comunidades; e recuperação de espaços públicos verdes.

O projeto eleito, intitulado "Fundão em Alerta: Chuvas, Enchentes e os Desafios Climáticos Locais", da EEEFM Professora Maria da Paz Pimentel, teve como foco a investigação dos impactos socioambientais das chuvas e enchentes no município de Fundão/ES, aliada ao desenvolvimento de ações educativas voltadas ao fortalecimento da capacidade da comunidade local de prevenção e enfrentamento desses eventos. A etapa estadual revelou-se, assim, um espaço formativo fundamental para ampliar a compreensão dos(as) estudantes sobre os desafios socioambientais do Espírito Santo e estimular novas possibilidades de intervenção em seus contextos escolares e territoriais.
A delegação capixaba, composta por 11 estudantes, participou da etapa nacional da VI CNIJMA, realizada entre os dias 6 e 10 de outubro, em Luziânia (GO), juntamente com cerca de 700 delegados de todos os estados brasileiros. Ao longo de cinco dias, os(as) estudantes participaram de feiras de projetos, oficinas temáticas sobre justiça climática, territórios saudáveis e autoproteção escolar, além da elaboração coletiva da Carta Compromisso.

Inspirada na concepção guarani de *Yvymara'eỹ*, a "Terra Sem Males", um lugar sagrado onde não há violência e a natureza se desenvolve em abundância, a Carta de Compromisso, criada durante o evento, expressa o compromisso das juventudes com a construção de um país mais justo, solidário e sustentável. No documento, os jovens afirmam que não existem problemas ambientais, mas sim apenas sintomas am-

bientais dos problemas causados pelos seres humanos e afirmam que não são o futuro do Brasil, “mas o presente e, por tal, a transformação ambiental há de ser agora, pois o futuro é agora.”

No dia 8 de outubro, a etapa nacional contou com a presença do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva e da ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva. Na ocasião, os(as) estudantes realizaram a entrega simbólica da Carta Compromisso ao presidente, que a compartilhou com os chefes de Estado participantes da Cúpula de Líderes da COP30.

Após vivenciarem esse intenso processo de aprendizado e ação, os(as) estudantes retornaram às suas escolas com um maior repertório sociocultural voltado à defesa do meio ambiente, motivados(as) a dar continuidade aos projetos de educação ambiental desenvolvidos em seus territórios. Acreditamos que esta jornada transformou nossos(as) estudantes em agentes de mudança, mostrando que a educação ambiental que se inicia na escola tem potencial de impactar todo o país.

Bertha Nicolaevsky possui graduação em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Espírito Santo e mestrado em Biologia Animal pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Biológicas - UFES. Professora da Secretaria Estadual de Educação do Espírito Santo desde 2008. Atualmente, é técnica pedagógica da Subgerência da Educação Ambiental – SEDU e orientadora no Projeto da Simulação Estudantil da Organização das Nações Unidas na Rede Estadual (SerONU). Áreas de interesse: agroecologia, educação ambiental e Modelo de Simulação de Organizações Internacionais.



Luciane da Silva Lima Vieira é licenciada em Biologia e Pedagogia, possui mestrado em Educação (EDUCIMAT/Ifes) e é doutoranda na mesma área. Participa do Grupo de Estudos e Pesquisa em Alfabetização Científica e Espaços de Educação Não Formal (GEPAC)- IFES. Atua na rede estadual do Espírito Santo como técnica pedagógica na SEDU/GECEB. É docente do curso de Pedagogia da Multivix /Vila Velha e coordenadora do Curso de Aperfeiçoamento em Metodologias de Educação Ambiental do Projeto Rio Doce Escolar - IFES/SEDU.



Jornadas Educativas



Por Vinnicius Camargo
de Souza Laurindo

A seção *Jornadas Educativas* tem como objetivo apresentar experiências pedagógicas que, ao longo do tempo, se constituem como processos formativos potentes, articulando currículo, participação estudantil e vivências coletivas. Nesta edição, o destaque é o projeto Simulação Estudantil da Organização das Nações Unidas na Rede Estadual - **SerONU**, uma iniciativa desenvolvida ao longo de 2025 em 15 escolas da Rede Estadual de Ensino do Espírito Santo, envolvendo estudantes, professores(as), gestores(as), orientadores(as), voluntários(as) e parceiros institucionais, e que culminou na primeira Simulação Estudantil da rede estadual do Espírito Santo.

SerONU como percurso formativo: da eletiva à simulação estadual

Mais do que um evento, a SerONU foi concebida como um percurso formativo desenvolvido ao longo de todo o ano letivo de 2025, envolvendo o componente integrador eletiva desenvolvido em dois semestres letivos e um evento de culminância realizado em novembro, com atividades que integraram as 15 escolas envolvidas com o projeto.

Ao longo desse percurso, estudantes das 11 Superintendências Regionais de Educação do Estado do Espírito Santo foram convidados(as) a construir o projeto. Diferentemente de outros modelos de simulação das Nações Unidas, o projeto SerONU tem como fundamento estruturante o programa *Educar para a Paz*, que orienta suas concepções pedagógicas, metodológicas e formativas. Ancorado em princípios como a cultura de paz, os direitos humanos, a escuta ativa, a mediação de conflitos e o respeito à diversidade, o programa constitui a base ética e pedagógica do projeto SerONU, reafirmando a educação como espaço de diálogo, convivência democrática e construção coletiva de soluções para os desafios contemporâneos.

A Simulação da ONU como prática pedagógica transformadora

A experiência da SerONU ao longo de 2025 eviden-

ciou uma potente estratégia pedagógica capaz de articular aprendizagem acadêmica, formação cidadã e impacto no clima escolar. A produção acadêmica sobre a temática tem evidenciado avanços significativos tanto no desenvolvimento cognitivo dos(as) estudantes quanto nas dimensões sociais e relacionais do ambiente escolar (Brennan, 1996; Godinho, 2015; Martins, Costa e Palhares, 2018). Ao promover espaços estruturados de diálogo, negociação e tomada de decisão coletiva, esse modelo pedagógico contribui para o fortalecimento do protagonismo juvenil, da cultura democrática e da convivência respeitosa. Relatórios internacionais, como o estudo global da UNESCO sobre violência escolar, apontam que práticas educativas baseadas no engajamento coletivo, na valorização dos direitos humanos e na participação ativa dos(as) estudantes estão associadas à redução das violências no cotidiano escolar (UNESCO, 2019).

Os dados apresentados nessas publicações são reafirmados pela experiência de estudantes que participaram da Simulação Estudantil da Organização das Nações Unidas na Rede Estadual, uma vez que os debates mediados entre pares promoveram o exercício do diálogo qualificado, o respeito às diferenças e a mediação de conflitos. Ao vivenciarem essas práticas de forma sistemática em sala de aula e aprofundarem-se em temas como direitos humanos, os(as) estudantes desenvolveram competências socioemocionais que contribuíram para a redução de comportamentos discriminatórios e de situações de *bullying* no ambiente escolar, conforme observado durante as atividades de culminância do projeto.

Estrutura para as vozes participantes

Nesta seção, para evidenciar o que estamos apresentando, entendemos ser necessário narrar o projeto SerONU a partir de múltiplos olhares, reconhecendo que projetos dessa natureza se constroem na interseção entre diferentes experiências e responsabilidades. Assim, a palavra é compartilhada entre quem orienta, quem coordena, quem ensina, quem aprende e quem colabora voluntariamente, compondo um mosaico de percepções que revelam a potência pedagógica do projeto.

A experiência vista pela coordenação pedagógica
Sávio Rangel
(Coordenador pedagógico da SerONU)



Sou o professor Sávio Rangel, docente efetivo da rede estadual, e atuei como coordenador pedagógico do Projeto SerONU. Vivencio práticas pedagógicas relacionadas a Simulações da ONU desde 2013, em diferentes escolas por onde passei, e acredito profundamente nesse modelo como um campo potente de transformação do ensino e de fortalecimento de práticas didáticas voltadas a uma educação de excelência.

No SerONU, os(as) estudantes são conduzidos(as) a um processo formativo que articula a compreensão da dinâmica geopolítica mundial, a construção da memória histórica pública e o estudo de conceitos filosóficos e sociológicos, além de um aprofundamento nos desafios contemporâneos da educação ambiental e dos direitos humanos. A proposta simulou comitês oficiais da ONU, como o Conselho de Segurança e a COP 30, além de espaços dedicados ao debate sobre racismo no esporte, violência contra a mulher e regulação da internet. Em cada comitê, os(as) estudantes representaram países, instituições, organizações internacionais ou personalidades históricas.

Mais do que reproduzir discursos, a simulação incentivou a construção coletiva de novas ideias, estimulando criatividade, empatia, pensamento crítico e a busca por soluções comuns. O processo de preparação ocorreu ao longo de todo o ano, de fevereiro à culminância em novembro, com a produção dos Guias de Estudos, elaborados por professores(as) da rede e estudantes mediadores, e com o trabalho sistemático dos(as) professores(as) orientadores(as) nas escolas.

As pautas foram construídas de forma colaborativa, em reuniões recorrentes, com forte protagonismo estudantil. Destaco ainda o papel essencial do comitê de imprensa, responsável por registrar e divulgar todo o percurso do projeto. O impacto do SerONU ficou evidente no engajamento e na avaliação positiva de estudantes e professores(as), que levaram essa experiência transformadora de volta às suas comunidades escolares.

Revista Diálogos, ano 2, n. 2 (2026) ISSN 3086-5301

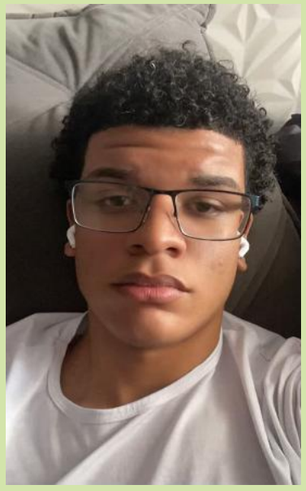
A voz da professora
Juliana Furtado



Costumo dizer aos(às) estudantes que a humanidade está em crise, vivemos 1/4 de século na velocidade da luz com tanta intensidade que ensinar aos jovens a compreender o mundo é tão desafiador justamente porque nós, adultos, precisamos entender também esse atropelo de acontecimentos. Existe um meme da geração Z na internet que diz algo assim: “sou jovem demais para ter vivido tantos fatos históricos”. Existe uma constatação tão sincera nessa brincadeira que ela é um ponto inicial perfeito para uma aula da Eletiva SerONU, uma espécie de centelha ou uma frase geradora.

É justamente nesse cenário de crise que a eletiva SerONU surge como algo especial para mim, uma das professoras participantes do projeto em 2025: eu pude ver estudantes fazendo dever de casa. Nos dias que antecediam as simulações internas que realizamos na escola, os(as) estudantes andavam com seus textos de estudo pelos corredores, os papéis coloridos com marca texto, intensamente enriquecidos com anotações feitas a lápis no rodapé e nos cantos das páginas. Em muitos momentos de planejamento da escola eu era procurada pelos(as) alunos(as) da eletiva para orientar a preparação para as simulações internas da eletiva, eu os(as) via sempre ansiosos(as) para desenvolver a melhor argumentação possível de acordo com suas delegações. Era como se fosse uma espécie de jogo de posicionamento e estratégia, em que a perspicácia nas negociações define o melhor jogador do tabuleiro geopolítico. Esses momentos de orientação e tutoria tornaram-se preciosos e passaram a fazer parte da minha agenda semanal de trabalho, e agora posso reconhecer, sem dúvidas, que eram os melhores momentos na escola.

Protagonismo estudantil
Micael Kalvyn Vulpe Rosa Pereira
(Estudante participante)



Participar da SerONU foi uma experiência única e extremamente significativa. Trata-se de um projeto bem elaborado e organizado, que proporcionou vivências marcantes ao longo de todo o processo. Desde a preparação até a culminância, contamos com o apoio de professores(as) e profissionais altamente capacitados(as), que nos acompanharam de forma cuidadosa e comprometida, garantindo um preparatório consistente antes da realização do evento.

O espaço onde ocorreu a culminância também contribuiu positivamente para a experiência: um ambiente amplo, acolhedor e bem estruturado, que ofereceu conforto e condições adequadas para o desenvolvimento das atividades. A execução do projeto demonstrou organização, seriedade e dedicação por parte de todos os envolvidos.

Na minha avaliação, a SerONU é uma iniciativa que merece continuidade, pois promove aprendizado, amplia conhecimentos e contribui de forma significativa para o crescimento pessoal e formativo dos(as) estudantes. É uma experiência enriquecedora, que marca a trajetória escolar e fortalece a formação cidadã. Sem dúvida, participar novamente seria uma grande oportunidade.

Voluntariado e formação cidadã
João Francisco de Assis Rodrigues
(Voluntário/a)



Atuar como voluntário na SerONU 2025, apoiando a mediação dos comitês, foi uma experiência que transformou minha percepção sobre o processo educativo. Durante os dias do evento, meu papel foi dar o suporte necessário para que a dinâmica fluísse, e o ponto alto dessa jornada foi testemunhar o momento exato em que as orientações faziam sentido para os(as) participantes. É incrível ver a insegurança dar lugar à confiança e observar os(as) estudantes desenvolvendo seus argumentos de forma excelente assim que compreendem a proposta.

Essa vivência evidenciou o quanto a simulação se distancia do modelo tradicional de ensino. Enquanto na sala de aula convencional o(a) aluno(a) muitas vezes apenas recebe conteúdo passivamente, ali a lógica se inverte e eles precisam, de fato, mostrar o seu conhecimento. Esse ambiente desafiador gera uma autonomia única, impulsionando a oratória e o repertório geral de uma maneira que o ensino tradicional, às vezes, não consegue alcançar.

Saio dessa experiência com um sentimento profundo de realização. Ver todo o planejamento dando certo pela primeira vez e, principalmente, notar o interesse genuíno dos(as) alunos(as) em querer saber mais, foi extremamente gratificante. A SerONU confirmou para mim que, com o apoio certo, a educação se torna uma ferramenta poderosa de protagonismo.

Palavras Finais (ou provisórias)

Depois de todo o trabalho desenvolvido nas eletivas, houve a culminância do projeto SerONU, que ocorreu nos dias 5, 6 e 7 de novembro de 2025. O evento reuniu cerca de 450 participantes em um encontro marcado por intensos debates, oficinas formativas e simulações de comitês. Além das escolas diretamente envolvidas ao longo do ano, estudantes de três unidades da rede estadual participaram da culminância como escolas convidadas, ampliando o alcance formativo do projeto. Durante a culminância da SerONU, os comitês se constituíram como espaços centrais de debate, negociação e construção coletiva, nos quais os(as) estudantes assumiram o papel de delegados e delegadas para discutir temas contemporâneos de relevância global. Organizados a partir de diferentes agendas e organismos internacionais, os comitês mobilizaram pesquisa prévia, argumentação qualificada e escuta ativa, promovendo simulações marcadas pelo respeito à diversidade de posicionamentos e pelo exercício da diplomacia. Esse momento evidenciou a potência pedagógica do projeto.

Ao reunir diferentes vozes e olhares, a SerONU se afirma como uma jornada educativa que extrapola os limites da sala de aula e reafirma o papel da escola como espaço de diálogo, formação cidadã e construção de futuros possíveis.



Professor com Licenciatura plena em Educação Física pela UFBA. Mestre e Doutor em Educação Física pela UFES. Atua como Técnico Pedagógico na Gerência de Currículo da Secretaria de Estado da Educação do Espírito Santo. Tem experiência na Educação Básica, com ênfase em Educação Física sobretudo nos estudos de gênero, identidades e fenômenos socioculturais relativos à Educação Física e Esporte. É membro do Grupa/UFES (Grupo de Estudos em Gênero e Esporte).

Revista Diálogos, ano 2, n. 2 (2026) ISSN 3086-5301

Escolas participantes do Projeto SerONU – Edição 2025

Escola	Município	Superintendência Regional de Educação (SRE)
EEEFM Agostinho Simonato	Cachoeiro de Itapemirim	Cachoeiro de Itapemirim
EEEFM Ana Lopes Balestrero	Cariacica	Cariacica
CEEFMTI Assisolina Assis Andrade	Vila Velha	Vila Velha
CEEMTI Baixo Guandu	Baixo Guandu	Colatina
CEEFMTI Elisa Paiva	Conceição do Castelo	Afonso Cláudio
EEEFM Elza Lemos Andreatta	Vitória	Carapina
CEEFMTI João XXIII	Barra de São Francisco	Barra de São Francisco
EEEFM Major Alfredo Pedro Rabayolli	Vitória	Carapina
EEEM Mário Gurgel	Vila Velha	Vila Velha
CEEMTI Monsenhor Guilherme Schimitz	Aracruz	Linhares
EEEM Nossa Senhora de Lourdes	Pinheiros	Nova Venécia
EEEM Pedro Paulo Grobério	Jaguaré	São Mateus
EEEFM Presidente Getúlio Vargas	Cachoeiro de Itapemirim	Cachoeiro de Itapemirim
CEEFMTI Professora Maria Penedo	Cariacica	Cariacica
EEEFM Santíssima Trindade	Iúna	Guaçuí

Referências

BRENNAN, Mary Beth. The Importance of the Model United Nations Experience. 1996. Disponível em: https://www.wichita.edu/academics/fairmount_las/polisci/modelun/wa-mun/documents/value_of_MUN.pdf. Acesso em: 21 ago. 2025.

GODINHO, J. Abordagens metodológicas que favorecem a construção da autonomia intelectual do estudante: o trabalho com simulação das Nações Unidas na escola. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015. Disponível em: https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/5053. Acesso em 16 de maio de 2025.

MARTINS, A. L.; COSTA, A.; PALHARES, L. M. Cidadania global e direitos humanos: efeitos educacionais do desenvolvimento de simulação da ONU no Vale do Jequitinhonha. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD, Dourados, v. 7, n. 14, p. 11–39, ago./dez. 2018. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/moncoes/article/view/9105. Acesso em: 16 maio 2025.

UNESCO; Instituto de Prevenção à Violência Escolar da Universidade de Mulheres Ewha. Violência escolar e bullying: relatório sobre a situação mundial. Brasília: UNESCO, 2019. 54 p. Disponível em: https://sites.usp.br/sp-proso/wp-content/uploads/sites/526/2019/07/violencia_escolar_bullying_unesco.pdf

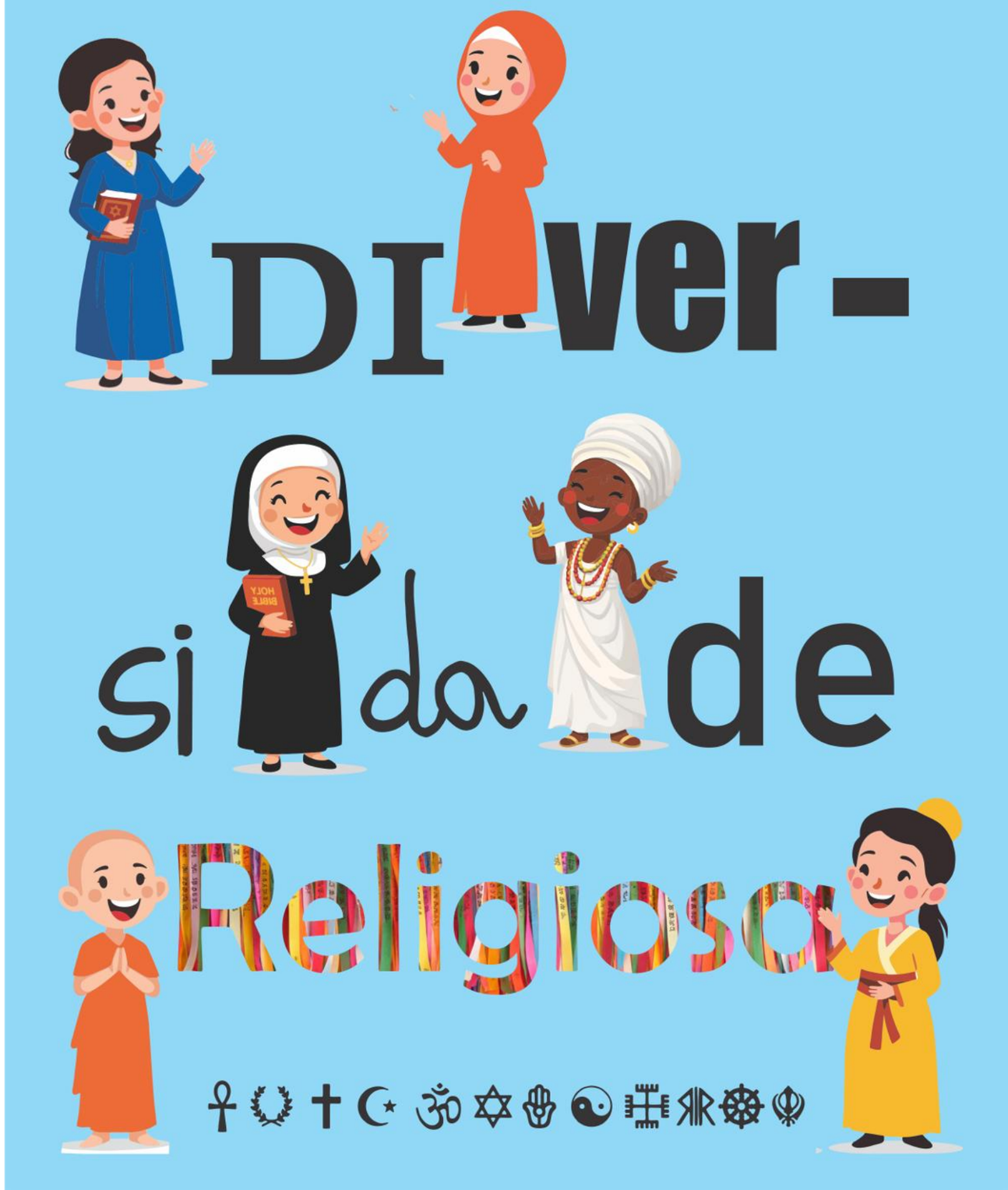


SIMULAÇÃO ESTUDANTIL DA ORGANIZAÇÃO
DAS NAÇÕES UNIDAS NA REDE ESTADUAL

Ser ONU

Revista Diálogos, ano 2, n. 2 (2026) ISSN 3086-5301

Artigo de Opinião



A Diversidade Religiosa na Escola: um convite ao diálogo e à cidadania

Por Nathália Ferreira de Sousa Martins



O ambiente escolar, frequentemente visto como um refúgio da efervescência social, é, na verdade, um verdadeiro "microcosmos" das dinâmicas que permeiam nossa sociedade. Nele, as questões da vida em comunidade, os dilemas éticos e as diversas visões de mundo se manifestam a todo instante. Entre esses múltiplos aspectos, a religião se mostra como um elemento inegável e profundamente enraizado na formação cultural e social brasileira. Longe de ser um tema a ser evitado, a diversidade religiosa na escola impulsiona uma reflexão crucial sobre as práticas pedagógicas e as relações em sala de aula, convidando-nos a um engajamento construtivo e transformador.

A crença de que a religião não deve ser discutida na escola, muitas vezes fundamentada em uma compreensão restrita de laicidade, é um equívoco que impede o avanço de uma educação verdadeiramente inclusiva. A religião se faz presente nas escolhas dos(as) estudantes, nas cosmovisões dos(as) professores(as), no calendário que marca feriados e celebrações, e nas próprias tensões e violências que, infelizmente, podem surgir. Ignorar essa presença não faz com que problemas como a intolerância religiosa desapareçam; ao contrário, pode perpetuar preconceitos e silenciar vozes. Como destacamos em nossa pesquisa (Sousa Martins; Martins, 2020), o Brasil possui uma rica e complexa paisagem religiosa, e discutir essa realidade na escola é falar de quem somos como povo.

A escola como espaço de mediação e diálogo para a cidadania

Para entender o papel da escola nesse cenário, é interessante resgatarmos a distinção feita por Paul Ricoeur (1997) sobre os tipos de laicidade. Segundo o filósofo, há a laicidade do Estado, que se traduz em abstenção de favorecer ou proibir cultos, e a laicidade da sociedade civil, que se manifesta na dinâmica de discussão e debate público sobre as convicções e profissões de fé. A escola, nesse contexto, ocupa um "entrelugar" – um serviço público que deve manter a neutralidade estatal, mas que, ao mesmo tempo, atua como palco para a mediação dos embates e desacordos da sociedade civil.

Nesse sentido, a escola não pode se eximir de abordar assuntos que fazem parte do cotidiano dos(as) estudantes e que possuem um papel significativo no arcabouço cultural do país. Sua função é "ensinar a discutir" e, fundamentalmente, "informar" (Ricoeur, 1997, p.178). Essa dupla premissa é crucial para a formação da cidadania e a convivência social, que são partes intrínsecas do viver democrático.

É na escola, muitas vezes, que os(as) estudantes têm o primeiro e, talvez, único acesso ao conhecimento sobre a religião de forma não enviesada e não preconceituosa. Fora do ambiente escolar, as informações sobre religião frequentemente vêm de fontes confessionais, proselitistas ou, ainda pior, de discursos carregados de intolerância. O espaço escolar, ao contrário, oferece um ambiente mediado pela ciência – particularmente pelas Ciências Humanas – área em que o fenômeno religioso pode ser estudado de maneira dialógica, respeitosa e interdisciplinar. Isso garante que a discussão não seja instrumentalizada para fins de conversão ou doutrinação, mas para a ampliação do repertório cultural e para a construção do pensamento crítico.

A religião não é apenas história de outros povos; ela é parte da história do próprio indivíduo, da cultura e da formação do Estado brasileiro. Uma educação que visa à formação humana integral não pode ignorar uma dimensão tão constitutiva da existência. Ao tratar da diversidade religiosa sob uma perspectiva científica e pedagógica, a escola cumpre um papel insubstituível na desconstrução de estereótipos, na promoção do respeito às diferenças e na preparação de cidadãos capazes de lidar com a complexidade do mundo. Não falar sobre religião na escola seria silenciar um aspecto vital da realidade de nossos(as) estudantes e da sociedade.



Formando cidadãos para uma democracia plural

O Brasil, com sua diversidade religiosa, é também pródigo em exemplos de intolerância. Muitas vezes, essa intolerância está imbricada em relações de poder e hierarquização entre grupos religiosos, especialmente aqueles que, em sua pretensão hegemônica, desconsideram a dignidade de outras religiões. Como aponta Elisa Rodrigues (2013), casos de violência contra religiões de matriz africana, por exemplo, demonstram que, mesmo com avanços jurídicos, o preconceito religioso se sobrepõe ao racial, tornando-se um marcador de desrespeito. Nessas situações, a escola tem um papel fundamental e estratégico.

É importante que o espaço escolar seja um baluarte contra condutas intolerantes. O limite da tolerância é o intolerável, e a escola, como ambiente de formação, deve desmistificar a lógica de que «oposição significa exclusão», como observa Rodrigues (2013). Ao invés de ignorar, a escola deve instrumentalizar os(as) estudantes com o conhecimento para **compreender e debater a complexidade do fenômeno religioso**, suas luzes e suas sombras, como parte integrante do "desenvolvimento pleno da pessoa humana" (Rodrigues, 2013, p. 228).

A discussão sobre a diversidade religiosa na escola não se restringe apenas ao componente curricular de Ensino Religioso, embora ela seja um espaço privilegiado para tal. Pedagogos(as), coordenadores(as) e professores(as) de todas as áreas do conhecimento estão envolvidos(as), pois as questões religiosas permeiam diversas áreas, da história à literatura, das artes às ciências da natureza. Ao abordar a religião sob a mediação da ciência, a escola oferece aos(às) estudantes ferramentas para analisar criticamente as diferentes tradições, seus valores e suas implicações sociais.

A BNCC, ao elencar competências como "compreender, valorizar e respeitar as manifestações religiosas" e "debater, problematizar e posicionar-se frente aos discursos e práticas de intolerância" (Brasil, 2017, p. 437), aponta para essa direção. No cotidiano escolar, isso se traduz em criar um ambiente onde as experiências religiosas dos(as) estudantes – sejam elas de qualquer tradição ou mesmo a ausência delas – se tornem pontos de partida para o questionamento, o estudo científico e a reflexão crítica. Isso permite que os(as) estudantes não apenas conheçam a diversidade religiosa, mas também a utilizem como espelho para refletir sobre suas próprias posturas e, se necessário, transformá-las, desenvolvendo uma visão mais ampla e menos preconceituosa.

O processo de conhecer a si e ao outro, especialmente em um ambiente escolar que valoriza o diálogo e a argumentação, é um pilar da cidadania. É no confronto com o diferente, em um processo de "re-conhecimento" (Pieper, 2014, p.163) que a identidade se constrói e se flexibiliza. A escola, ao promover essa troca, permite que os(as) estudantes percebam que, embora suas crenças possam ser verdades para si, são uma entre muitas possibilidades de significação do mundo. Assim, a experiência religiosa, que muitas vezes impulsiona ações antidemocráticas fora da escola, pode ser "educada" para o diálogo e o respeito mútuo (Sousa Martins, 2025, p.170), contribuindo para uma cultura de paz, gestão de conflitos, vivências e convivências e prevenção de violências no contexto escolar.

Em síntese, a discussão sobre a diversidade religiosa impacta o fazer pedagógico e as relações na sala de aula ao exigir de nós, educadores(as), uma postura de abertura, curiosidade e responsabilidade. Não se trata de impor uma única verdade, mas de equipar os(as) estudantes com ferramentas para que construam suas próprias compreensões, dialoguem com o diferente e, no processo, fortaleçam os alicerces de uma socieda-



de mais justa, equânime e verdadeiramente democrática. Parafraseando o educador Rubem Alves, essa reflexão é um convite à imortalidade do ensino, a fim de que continuemos a viver naqueles cujos olhos aprenderam a ver o mundo pela magia da nossa palavra, do nosso diálogo e do nosso respeito.

Doutora e Mestre em Ciência da Religião (UFJF), licenciada em Filosofia e Ciências da Religião. Professora do quadro efetivo do Instituto Federal do Espírito Santo (IFES – campus Itapina), atuando no Ensino Médio e na Licenciatura em Pedagogia nos componentes de Filosofia e Filosofia da Educação.



Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. 2017.

PIEPER, Frederico. Laicidade, escola e ensino religioso. Considerações a partir de Paul Ricoeur. *Estudos de Religião*, v. 28, n. 2, p. 141-168, jul.-dez. 2014.

RICOEUR, Paul. *A crítica e a convicção*. Lisboa: Edições 70, 1997.

RODRIGUES, Elisa. Ensino religioso, tolerância e cidadania na escola pública. *Numen*: revista de estudos e pesquisa da religião, Juiz de Fora, v. 16, n. 1, p. 763-782, 2013.

SOUSA MARTINS, Nathália Ferreira de. A diversidade religiosa e a laicidade no Brasil: questões sobre o ensino religioso escolar. *Revista Sacrilegens*, Juiz de Fora, v. 14, n.1, p. 110-124, jan.-jun./2017.

SOUSA MARTINS, Nathália Ferreira de. *Empatia como método*: Uma pedagogia para o Ensino Religioso. São Paulo: Editora Recriar, 2025.

SOUSA MARTINS, Nathália Ferreira de; MARTINS, Gustavo Claudiano. O Ensino Religioso como esforço civilizatório: uma análise teórico-documental da Base Nacional Comum Curricular a partir da noção de laicidade em Paul Ricouer. *Revista Caminhos*, Goiânia, Especial, v. 18, p. 117-131, 2020.



Revista Diálogos, ano 2, n. 2 (2026) ISSN 3086-5301



Semana para a Sensibilização e para a Defesa da Educação Inclusiva de Alunos(as) com Necessidades Educacionais Especiais – (23 a 27 de junho)

A Semana para a Sensibilização e para a Defesa da Educação Inclusiva de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais constitui um momento pedagógico estratégico para reafirmar a escola como espaço de acolhimento, respeito às diferenças e promoção da cultura de paz. Trabalhar essa temática no calendário escolar contribui para ampliar a compreensão sobre inclusão, combater preconceitos e fortalecer práticas educativas comprometidas com a equidade e com o direito à aprendizagem de todos**(as)** os**(as)** estudantes.

Ao promover reflexões sobre as diferentes necessidades educacionais, a escola cria oportunidades para o desenvolvimento da empatia, da escuta e do reconhecimento das múltiplas trajetórias que compõem a comunidade escolar. Essas ações favorecem o enfrentamento de práticas excludentes, como o *bullying* e a discriminação, e estimulam relações mais solidárias, colaborativas e respeitosas no cotidiano escolar.

No CEEFMTI Bartouvino Costa, em Linhares (ES), essa semana foi vivenciada por meio de ações formativas que envolveram estudantes, famílias, professores**(as)** e gestores**(as)**, evidenciando o potencial transformador de iniciativas que articulam informação, diálogo e protagonismo. Atividades como a produção de *podcast*, palestras e momentos de escuta contribuíram para dar visibilidade às experiências de pessoas com deficiência, reforçando a importância de valorizar as potencialidades individuais e promover uma educação verdadeiramente inclusiva. Um dos destaques foi a produção do podcast "**A Trajetória da Vida de Ana**", no qual uma estudante do Ensino Médio compartilhou sua história de superação e conquistas no esporte, mesmo convivendo com uma deficiência física. Seu relato inspirou reflexões sobre resiliência, inclusão e reconhecimento das potencialidades de cada indivíduo.

A experiência evidenciou que, ao reconhecer diferentes trajetórias e vivências, a comunidade escolar fortalece o diálogo, promove o respeito às diferenças e contribui para a consolidação de uma cultura de paz, essencial à formação de cidadãos conscientes, solidários e comprometidos com a inclusão.



Banco de imagem Bartouvino Costa



Sugestão de recurso pedagógico de apoio
Exibição do documentário:
"Um Lugar Para Todo Mundo"
de Oliver Bernier - Ano: 2021

O documentário aborda os desafios da inclusão escolar a partir da história de uma criança com síndrome de Down e de sua família. O personagem central, Emilio, tem 3 anos e está pronto para começar a escola. Este documentário narra os desafios que sua família enfrenta para incluí-lo no complexo sistema educacional americano, favorecendo reflexões sobre direitos, acessibilidade e práticas inclusivas.
O documentário está disponível no Globo Play, no canal GNT



Daise Maria Zeferino Ramos
Graduada em História (Faculdade Ciências Aplicadas "Sagrado Coração") e Pedagogia (Cesa), com especialização em História Social do Brasil; História e Cultura Afro-Brasileira; Educação Especial Inclusiva; Educação Especial/Educação Inclusiva/Altas Habilidades; Psicopedagogia: Clínica e Institucional. Atualmente, é professora do AEE na área de Deficiência Intelectual e TEA no CEEFMTI Bartouvino Costa.

Nome da Escola: CEEFMTI Bartouvino Costa
Munícipio: Linhares ES
Nome do responsável: Equipe do AEE e Pedagógico



Revista Diálogos, ano 2, n. 2 (2026) ISSN 3086-5301

7 DE ABRIL, DIA DA CONSCIENTIZAÇÃO CONTRA O BULLYING

Por que trabalhar essa data na escola?
O Dia de conscientização contra o *Bullying* não deve ser compreendido apenas como um momento de conscientização pontual, mas como uma oportunidade pedagógica para fortalecer a cultura do respeito, da empatia e da corresponsabilização no ambiente escolar.
O *bullying* não se trata de um conflito isolado entre estudantes; trata-se de uma prática reiterada de violência que envolve relações de poder, exclusão, humilhação e silenciamento. Quando a escola enfrenta o tema de forma crítica e educativa, contribui para:

- reconhecer e problematizar práticas naturalizadas de agressão verbal, física ou digital;
- fortalecer vínculos e o sentimento de pertencimento;
- promover o protagonismo estudantil na construção de um clima escolar mais seguro;
- articular prevenção à violência com a construção de uma Cultura de Paz.

Trabalhar essa data é, portanto, uma ação preventiva e formativa que impacta diretamente o clima escolar e a saúde emocional dos(as) estudantes.

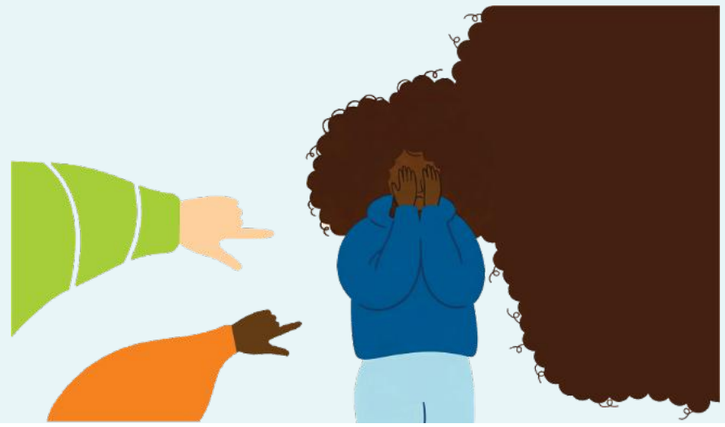
Sugestões de materiais de apoio
>> Exibição de filme
Sugestões:

- Para Ensino Fundamental - Extraordinário (2017) – aborda empatia, diferença e exclusão.

O filme *Extraordinário*, conta a história de August Pullman, um menino que nasceu com uma condição genética que provocou deformidades faciais e que, após anos sendo educado em casa, ingressa pela primeira vez em uma escola regular. Ao enfrentar olhares curiosos, preconceitos e situações de exclusão, August desafia não apenas seus colegas, mas toda a comunidade escolar a repensar atitudes e valores. A narrativa vai além da experiência individual do protagonista e evidencia o papel da empatia, da amizade e da responsabilidade coletiva na construção de um ambiente escolar mais acolhedor. O filme convida à reflexão sobre respeito às diferenças, convivência e cultura de paz, mostrando que pequenas escolhas cotidianas podem transformar relações e fortalecer vínculos.

- Para Ensino Médio - Número Desconhecido: *Catfishing* na Escola.

O documentário **"Número Desconhecido: *Catfishing* na Escola"** aborda os impactos do uso irresponsável das redes sociais no ambiente escolar, com foco na prática do *catfishing* — quando alguém cria uma identidade falsa na internet para enganar, manipular ou expor outras pessoas. A produção evidencia como o anonimato digital pode potencializar situações de humilhação, assédio e violência psicológica entre estudantes, afetando o clima escolar e a saúde emocional das vítimas.
Ao trazer relatos e análises sobre convivência digital, o documentário provoca reflexões sobre responsabilidade online, empatia e a importância de políticas de proteção e mediação no espaço escolar.



Dia da Família na Escola (24 de abril)

Estabelecido pelo MEC no ano de 2001, o **Dia da Família na Escola** (24 de abril), fortalece a parceria entre escola e famílias, fomentando a Cultura da Paz. Em consonância com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a escola promove o fortalecimento dos vínculos afetivos e a construção de uma comunidade sólida, destacando a educação como um processo compartilhado entre escola e família, voltado ao desenvolvimento integral do(a) estudante.

A institucionalização dessa data evidencia a corresponsabilidade dessas duas esferas no processo de ensino-aprendizagem. Nesse sentido, as ações e os eventos escolares promovidos em alusão ao Dia da Família na Escola favorecem, de maneira lúdica e significativa, o fortalecimento dessa parceria, reconhecida como um fator determinante para o sucesso educacional.

Os momentos de interação entre família e escola contribuem com o maior engajamento familiar do cotidiano escolar podendo promover, nos(as) estudantes, o desenvolvimento de competências e habilidades socioemocionais. Tais experiências geram impactos positivos no processo educativo, favorecendo o crescimento emocional, intelectual e social, especialmente durante a infância, etapa fundamental para a formação integral do sujeito.

Apesar dos desafios impostos pelo ritmo acelerado da vida contemporânea e pela frequente desconexão decorrente das rotinas de trabalho e de outras demandas sociais, torna-se imprescindível a inserção efetiva das famílias no cotidiano escolar. O fortalecimento dessa parceria ao longo das etapas educacionais potencializa e assegura o desenvolvimento pleno do(a) estudante. Educar não é uma tarefa solitária; leva-nos à convicção de que o provérbio africano nunca foi tão atual: "É preciso uma aldeia inteira para educar uma criança".

Referências

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 08 jan. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). Dia Nacional da Família na Escola é celebrado em 24 de abril. Brasília, DF, 24 abr. 2023. Disponível em: **https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/abril/dia-nacional- da-familia-na-escola-e-celebrado-em-24-de-abril**. Acesso em: 8 jan. 2026

Sugestão de recurso pedagógico de apoio:

O livro "**Relação família-escola**: as bases para uma cultura colaborativa" (Vera Candau org., 2019) propõe estratégias práticas para diálogo diário baseado em experiências reais e pesquisas, enfatizando a colaboração ativa. Organizado por especialistas em Psicologia da Educação e Pedagogia, o livro reúne 12 capítulos que diagnosticam barreiras históricas (visões excludentes, comunicação unidirecional) e propõe uma cultura colaborativa baseada em diálogo horizontal, corresponsabilização e práticas inclusivas. Aborda desde a Educação Infantil até o Ensino Médio, com foco em contextos brasileiros diversos (público/privado, urbano/rural).



Autoras Organizadoras: Maria Auxiliadora Dessen, Oralda Adur de Souza



Melina Pinheiro dos Santos Silva
Pedagoga, especialista em Alfabetização e Letramento e Gestão Escolar, com atuação como Professora Bilíngue e Tradutora e Intérprete de Libras/Português. Atualmente, é Técnica Pedagógica da GERCO/SEDU. Liderou a EMEF Dinorah Almeida Rodrigues entre 2017 e 2024, fortalecendo a gestão pedagógica por meio do planejamento, formação docente e fortalecimento dos vínculos família–escola, alcançando IDEB 7,4 (2023–2024).

Revista Diálogos, ano 2, n. 2 (2026) ISSN 3086-5301

19 DE ABRIL, DIA DOS POVOS INDÍGENAS

O Censo Demográfico 2022, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), reafirmou a pluralidade de identidades e modos de viver dos indígenas que vivem hoje no Brasil: são 391 povos e 295 línguas faladas. Por esse motivo e para abandonar o uso de termos racistas, o dia 19 de abril é celebrado como "Dia dos Povos Originários" e não "Dia do índio".

Conhecer a realidade dos povos indígenas e entender a forma como vivem contribui para o reconhecimento dos seus direitos à terra, à autodeterminação e à sua especificidade. Mas de onde o conhecimento deve partir? É mais pertinente adotar como referência as narrativas produzidas pelos próprios povos indígenas, pois eles são sujeitos de suas trajetórias, memórias e interpretações sobre si mesmos.

Hoje, a multiplicação de comunicadores indígenas nas redes sociais não só oferece outras perspectivas acerca do que acontece nos territórios dos povos originários e que está fora da cobertura de grandes mídias, como também derruba preconceitos e estereótipos. A jovem ativista e comunicadora Samela Sateré Mawé, da Terra Indígena Andirá-Marau, no Amazonas, nos lembra: "Ainda tem gente com uma ideia estereotipada do indígena de 1500. Isso foi construído no imaginário da população brasileira desde a invasão, de que o indígena 'é assim'. Só que essa história sempre foi contada pelo não indígena. O processo colonizador não acabou e ele acontece, ainda, todos os dias, quando negam a nossa identidade, nossos direitos".

Portanto, o ensino da história, da cultura e dos conhecimentos indígenas pode e deve ser realizado a partir de produções elaboradas pelos próprios povos indígenas, publicadas em livros, *vlogs*, filmes, documentários e outras produções textuais e audiovisuais.

Sugestões de materiais de apoio

Katahirine, a Rede Audiovisual das Mulheres Indígenas, busca fortalecer e visibilizar a produção audiovisual das mulheres indígenas do Brasil e da América Latina. São ao todo 90 vídeos disponíveis na plataforma. Disponível em: https://katahirine.org.br/a-rede/

O Instituto Catitu busca contribuir com o fortalecimento das culturas indígenas por meio do uso de novas tecnologias como ferramentas para expressar, transmitir e compartilhar suas próprias visões de mundo. A plataforma hospeda 132 vídeos. Disponível em: https://vimeo.com/institutocatitu



A árvore de todos os saberes, 2013
Jaider Esbell

Foto de Coleção Galeria Jaider Esbell de Arte Indígena Contemporânea

FONTE: https://enciclopedia.itaucultural.org.br/obras/110196-a-arvore-de-todos-os-saberes

Por que falar sobre a política de promoção da igualdade racial no Espírito Santo no dia 13 de maio?

O dia 13 de maio marca o fim jurídico da escravidão no Brasil, mas também evidencia os limites de uma abolição que não assegurou inclusão social, reparação histórica nem igualdade de oportunidades às populações negras e indígenas, explicando a permanência das desigualdades raciais. Como destaca *Achille Mbembe*, a raça não é um dado natural, mas um dispositivo político e histórico criado para organizar hierarquias e legitimar exclusões, ajudando a compreender por que a liberdade formal não se converteu em igualdade real.

No Espírito Santo, a Lei nº 7.723/2004 institui a Política de Promoção da Igualdade Racial e estabelece diretrizes para o enfrentamento do racismo e a promoção da equidade. Ao reconhecer a diversidade étnico racial como elemento constitutivo da sociedade capixaba, a legislação orienta políticas públicas comprometidas com justiça social, cidadania e direitos humanos.

A relevância social e educacional dessa legislação se amplia quando o Supremo Tribunal Federal reconhece a existência do racismo estrutural. Em voto marcante, a ministra *Cármen Lúcia* recorreu à cultura para expressar essa realidade, citando a música *Ismália, de Emicida* - "*a felicidade do branco é plena; a do preto é quase*" - e a escritora *Carolina Maria de Jesus que, em Quarto de Despejo*, afirma: *"Não digam que fui rebotalho. Digam que procurei trabalho, que sempre fui preterida*", denunciando a exclusão social historicamente vivida pela população negra no Brasil.

Sugestão de atividade pedagógica

Diante das reflexões apresentadas sobre o significado do 13 de maio e a Política de Promoção da Igualdade Racial no Espírito Santo, sugere-se a utilização da plataforma **Cultne.tv** como recurso didático para aprofundar o debate sobre racismo estrutural e políticas públicas de enfrentamento às desigualdades. Como ponto de partida, pode-se exibir o episódio *Vozes da Diáspora – Parte 2*, que aborda trajetórias de resistência e a atuação do Estado na promoção da igualdade racial. A plataforma reúne ainda outros conteúdos audiovisuais que podem subsidiar projetos ou sequências didáticas voltadas à Educação das Relações Étnico-Raciais. Após a exibição, propõe-se uma roda de conversa relacionando o 13 de maio às desigualdades raciais contemporâneas e às políticas públicas existentes no âmbito estadual. Para aprofundamento, o(a) professor(a) pode optar por trabalhar trechos introdutórios de Achille Mbembe, a análise da letra da música *Ismália*, de Emicida, ou excertos de *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus, articulando diferentes linguagens e perspectivas. O **Caderno Orientador da Educação das Relações Étnico-Raciais da SEDU (2023)** oferece subsídios teórico-metodológicos para orientar essas práticas, fortalecendo abordagens antirracistas em diálogo com a educação em direitos humanos.



René Carolino de Souza é professor de Sociologia com formação em Ciências Sociais. Atua como técnico Educacional na Gerência de Currículo da Educação Básica (GECEB) e na Subgerência de Educação Ambiental, no Programa "Educar para Paz" (SEDU).

Revista Diálogos, ano 2, n. 2 (2026) ISSN 3086-5301



Ecoformação: a experiência do Projeto Rio Doce Escolar

Por Manuella Villar Amado

A ecoformação, compreendida como um processo educativo que integra razão, sensibilidade, ética e compromisso com a vida, apresenta-se como uma resposta necessária diante das crises socioambientais que atravessam os territórios e interpelam a escola pública. Nessa perspectiva, o Projeto Rio Doce Escolar constitui-se como uma experiência potente de formação continuada de educadores ambientais, articulando ensino, pesquisa e extensão e fortalecendo uma rede de sujeitos comprometidos com a sustentabilidade, a responsabilidade compartilhada e a preservação da vida em suas múltiplas formas. Apresenta-se aqui um recorte dessa experiência, evidenciando a ecoformação como eixo estruturante das ações desenvolvidas na bacia capixaba do Rio Doce.

O Projeto Rio Doce Escolar iniciou suas ações em 2022 com o objetivo de ofertar formação em nível de pós-graduação (Mestrado, Doutorado, Especialização e Aperfeiçoamento) a educadores que atuam nas escolas públicas da educação básica em cinco municípios do Espírito Santo: Aracruz, Baixo Guandu, Colatina, Marilândia e Linhares. Professores, gestores escolares e agentes comunitários são formados a partir de uma concepção ampliada de Educação Ambiental, que reconhece a escola como espaço privilegiado de construção coletiva de saberes e de enfrentamento crítico dos problemas socioambientais que afetam os territórios.

Executado pelo Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), em parceria com a Facto, o Governo do Estado do Espírito Santo e as prefeituras municipais envolvidas, o projeto foi financiado inicialmente pela Fundação Renova no âmbito do PG33 (Programa de Educação para a Revitalização da Bacia do Rio Doce) previsto no Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC). Esse termo foi estabelecido como resposta judicial ao crime socioambiental decorrente do rompimento da barragem de Fundão, da mineradora Samarco, ocorrido em 5 de novembro de 2015, em Mariana (MG), que impactou profundamente comunidades, ecossistemas e modos de vida ao longo de toda a bacia do Rio Doce.

Ao longo de sua trajetória, o Projeto Rio Doce Escolar tem subsidiado a formação de 8 pesquisadores de doutorado e 16 de mestrado, todos com foco em pesquisa educacional nos territórios atingidos, além de certificar mais de 700 educadores ambientais em cursos de Especialização em Educação Ambiental Escolar e Aperfeiçoamento em Metodologias de Educação Ambiental, impactando aproximadamente 100 escolas públicas da educação básica e 20 mil estudantes. O diferencial dessa formação está na centralidade da práxis ecoeducativa: teoria e prática caminham juntas desde o início. Os cursistas planejam, executam e avaliam projetos de Educação Ambiental Escolar a partir de problemas socioambientais reais vivenciados

Instituto Federal do Espírito Santo

Projeto Rio Doce Escolar

CAMPUS VILA VELHA - EDUCIMAT

pelas comunidades do entorno, fortalecendo ações de sustentabilidade local e articulando-as a uma reflexão crítica sobre a responsabilidade global diante de um crime ambiental de grandes proporções.

A ecoformação no Projeto Rio Doce Escolar se expressa em características fundamentais. A primeira é a aposta em uma educação ambiental reflexiva e amorosa, que busca constituir uma "corrente crítica do bem". Trata-se de formar educadores que atuem de modo esperançoso, acreditando que o conhecimento, aliado à amorosidade com bichos, plantas e gentes, pode transformar pessoas, comunidades, políticas públicas e, a longo prazo, o próprio modelo de sociedade.

A segunda característica refere-se ao fortalecimento do trabalho colaborativo e democrático nas escolas. A formação incentiva a constituição de Grupos de Trabalho envolvendo professores de diferentes áreas, gestores e agentes comunitários, fortalecendo os Conselhos de Escola e reafirmando a Educação Ambiental como responsabilidade coletiva e transversal, superando abordagens isoladas ou restritas a pequenos grupos.

Outra característica central é a valorização do educador da escola pública e da parceria entre o poder público federal, estadual e municipal. Os projetos articulam o currículo (municipal, estadual e federal), a partir dos diferentes componentes curriculares e campos de experiência aos problemas concretos da relação sociedade-natureza, conferindo sentido aos conteúdos escolares e atendendo as Políticas de Educação Ambiental Municipais, Estadual e Federal. Essa valorização se expressa também no cuidado com os educadores, por meio de auxílios financeiros para garantir a permanência, recursos para execução dos projetos e um acolhimento marcado pela escuta, pelo afeto e pelo reconhecimento do trabalho docente.

Emergindo desse cuidado com o chão da escola, nasce um impacto inicialmente não esperado do projeto: a transformação dos espaços escolares em territórios educativos vivos, verdadeiras Escolas Verdes, conectadas ao debate contemporâneo sobre as mudanças climáticas. Com recursos modestos, educadores e estudantes ressignificam áreas externas, criando hortas escolares e medicinais, jardins sensoriais, viveiros de mudas, canteiros de flores, áreas de compostagem, meliponários educativos e espaços de vivência verdes. Esses espaços contribuem para a regulação térmica, o aumento da biodiversidade, a infiltração da água no solo e a compreensão prática dos ciclos naturais, fortalecendo a consciência sobre adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas. A escola passa a se afirmar como território de resistência, regeneração ambiental, bem-estar e produção de esperança.

Ao formar uma Rede de Educadores Ambientais da bacia do Rio Doce, o projeto amplia o diálogo ambiental no campo educacional e inspira práticas em toda a rede estadual e nos municípios, nos níveis infantil, fundamental e médio. Mais do que replicar metodologias, essa rede compartilha valores, princípios éticos e um compromisso com a defesa da vida e dos territórios.

É nesse ponto que a ecoformação do Projeto Rio Doce Escolar se encontra com a Cultura de Paz e Educação para a Paz, entendida como construção cotidiana de relações justas, solidárias e principalmente amorosas entre os seres humanos e destes com a natureza. Ainda vivemos em um planeta onde falta amor, não um amor restrito ao círculo íntimo, mas o amor pelo coletivo e pela vida em sua totalidade. Falta amor pelo vizinho que eu não conheço, mas também falta amor pela água, pela terra, pelas florestas, pelos rios que atravessam as cidades e sustentam existências. Falta reconhecer o rio como um ente querido, a terra como uma grande mãe que acolhe sementes e faz brotar a vida.

Por isso, acreditamos que o conhecimento precisa caminhar junto com o afeto. A ecoformação no Projeto Rio Doce Escolar propõe exatamente esse caminho: educar com o coração, sem abrir mão da mente crítica e reflexiva. Ao afetar educadores, comunidades e estudantes, o projeto busca semear uma Educação Ambiental comprometida com a paz, com a justiça socioambiental e com a preservação da vida no planeta. É nessa travessia amorosa e crítica que temos buscado construir, dia após dia, uma rede viva de educadores ambientais.









Dra. Manuella Villar Amado

Coordenadora Geral do Projeto Rio Doce Escolar. Professora titular do Ifes campus Vila Velha. Licenciada em Ciências Biológicas (UFES), mestre em Ciências Biológicas (UFES), doutora em Biotecnologia (UFAM) e pós-doutora em Divulgação e Ensino das Ciências (Universidade do Porto- Portugal). Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa em Alfabetização Científica e Espaços de Educação Não Formal (GEPAC). Bolsista Produtividade do CNPq na área de Divulgação Científica. Atua há 15 anos em formação continuada e há 10 anos na gestão de pós-graduação. Implantou e coordenou especializações nas áreas de saúde, meio ambiente (EISMA) e divulgação científica (EDIV), foi coordenadora do Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemática (EDUCIMAT). É, atualmente, Diretora de Pesquisa, Pós-graduação e Extensão do Ifes campus Vila Velha.

GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO

Secretaria da Educação



Gerência de Currículo
da Educação Básica

Educar para a PAZ